

As Marcas, com votos de êxito nas pesquisas em andamento e futuras

Ignácio Rangel *amen unanimes*

8 out 1991

DUALIDADE BÁSICA
DA
ECONOMIA BRASILEIRA

2ª Edição - 1999



 Instituto Ignácio Rangel

TEXTOS BRASILEIROS DE ECONOMIA

INDICE

<i>Apresentação</i>	7
<i>Prefácio</i>	15

A DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O bom-senso "nacional"	19
Historicidade das leis econômicas	19
Os dois ramos da curva evolutiva do capitalismo	21
Economia moderna e antiga	22
O caos aparente	24
O que se deve aprender nos livros estrangeiros	25
Dois complexos de leis	27
Evolução econômica do Brasil	28
Peculiaridades da História do Brasil	29
Relações internas e externas de produção	30
A lei da dualidade	31
O personagem central do drama	32
Contemporaneidade do não coetâneo	33
A dualidade no direito	35
A empresa capitalista como dualidade	35
A economia nacional como dualidade	36
A formação do mercado nacional	39
O Estado e o comércio exterior	39
A dinâmica das mudanças	40
Heteronomia na programação	41
A estrutura atual da economia brasileira	42

ABERTURA DOS PORTOS E INDEPENDENCIA

O programa de 817	45
A escravidão se consolida	46
Advento do Capital Mercantil brasileiro	48

Comércio exterior e fazenda de escravos	49
O Brasil e o segundo Kondratieff	50
O sentido da reforma política	52

ABOLIÇÃO E REPÚBLICA

Aumento da capacidade para importar	55
Escravidão e latifúndio	56
O problema do capital fixo	57
O esquema triangular do comércio	59
Monarquia e República; Federação e Unidade	60
Pseudomorfose e dualidade	61
Idéias próprias com roupagens alheias	62
Regionalismo e federalismo	64
República federal	65

ESTRUTURA E TENDÊNCIAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A economia brasileira é uma dualidade	67
A crise de estrutura	68
A crise tem origem no comércio exterior	70
Autarcia "cêntrica" e "periférica"	72
Divisão do trabalho entre os "periféricos"	73
Comércio privado e público	73
O comércio exterior é uma atividade pública	76
Comércio em dinheiro e permuta	77
A Resolução 70	78
Os controles físicos tornam-se ingovernáveis	79
A permuta e o preço	80
O comércio externo torna-se inteligível	82
Necessidade de um comerciante de novo tipo	83
O Estado é esse comerciante	85
Estrutura do novo comércio	86
Precondições políticas	86
A permuta e o dinheiro	87

O PROBLEMA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A recente evolução do comércio exterior	89
O "câmbio cadente"	90
O "câmbio congelado"	91

O "câmbio congelado" é "câmbio ascendente"	91
Industrialização e tipo de câmbio	92
Indústria de aparafusamento e indústria autêntica	96
O processo do "falseamento dos custos"	97
Regimentação da economia	98
Mercado nacional e mundial	100
Intervencionismo e liberalismo	101
O Estado comerciante	102
Perspectivas	105
Precondições políticas	108
O Brasil modifica as relações externas de produção	108

APRESENTAÇÃO

As teses deste livro estão associadas às discussões que, por volta de 1953, o seu autor manteve conosco a respeito do que, nessa data, chamava de "pseudomorfose". Com esta palavra, utilizada por Spengler, em sua famosa obra sobre "A decadência do Ocidente", pretendia focalizar uma das características de nossa formação, ou seja, o fato de que no Brasil se verificava uma imposição de estilos culturais e institucionais estrangeiros, sobre uma realidade original, cuja expressão e estilização são dificultadas pela própria artificialidade daqueles elementos adventícios. A experiência de Inácio Rangel no domínio dos fatos econômicos levou-o a denunciar o caráter impressionista da pseudomorfose. Não bastava, como se verá, observar que o Brasil é um, visto em sua forma externa, aparente, elaborada; e outro, visto em sua realidade bruta. De há muito a sociologia brasileira procurava explicar a falta de correspondência entre os dois planos de vida do País: o superficial e o profundo, o externo e o interno, o explícito e o implícito. Sílvio Romero, ao analisar o fenômeno literário brasileiro, percebeu o divórcio entre a nossa produção literária formal e o conteúdo efetivo da vida brasileira. E chegou a exprimir, em sua "História da Literatura Brasileira", a idéia central deste ensaio de Inácio Rangel, quando escreveu: "Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento

européu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país". (*)

Além disso, a "dualidade básica" da vida brasileira encontrou uma descrição dramática em obra como "Os Sertões" de Euclides da Cunha, na qual se procura mostrar o antagonismo ou a contradição entre duas faces do Brasil: a externa ou "litorânea" e a interna, dos "sertões".

Evocamos êsses antecedentes para realçar a contribuição de Rangel, mostrando que veio resolver uma questão de técnica sociológica, ao propor uma noção rigorosa, precisa, com a qual é possível dar explicação mais satisfatória a problemas que, até agora, vinham sendo tratados de maneira impressionista, por autores especializados nas diferentes ciências sociais. Desde o momento em que tomei conhecimento da hipótese da dualidade, reconheci o seu valor metodológico. Eis por que, em meus cursos e estudos de sociologia, tenho exposto e utilizado, como instrumento de análise, a idéia da "dualidade". Tive prioridade no conhecimento dos originais dêste livro, que, antes de vir a público, foi apresentado em quatro conferências as quais, em lugar de Rangel, ausente do Rio na ocasião, foram lidas por mim, no auditório do Ministério da Educação, em um dos cursos que ali realizou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, em 1955.

Não será, portanto, exagero dizer que me sinto quase tão comprometido com êste livro quanto o seu autor. Entre nós, a economia política, antes da sociologia, foi despertada para a necessidade de tornar o pensamento funcional no contexto brasileiro. Em outras palavras, no domínio das ciências sociais, tivemos um pensamento nacional, em primeiro lugar, graças à contribuição de economistas. Só posteriormente a nossa sociologia tomou, não sem lutas, o caminho já escolhido pelos nossos economistas de vanguarda. Não é êste o momento de expor os pormenores dessas vicissitudes da ciência brasileira. Apenas quero salientar que a

(*) Silvio Romero "História da Literatura Brasileira". 1886, 1.º vol. pág. 15.

produção escrita de muitos de nossos economistas, e hoje de alguns sociólogos, não revela, em sua justa medida, a importância dos resultados da experiência de que são já portadores. De modo geral, o público, mesmo especializado, não está informado sobre as verdadeiras proporções da transformação por que estão passando, na prática, a economia e a sociologia no Brasil. O que, em forma impressa, ultrapassa o âmbito dos serviços técnicos dá, apenas, pálida idéia do teor da efetiva produção dos profissionais. Entre êsses, estão, por exemplo, Mário Magalhães, Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Heitor Lima Rocha e outros, pessoas de escassa bibliografia, embora sejam figuras eminentes pela contribuição que vêm prestando à ciência social brasileira, no exercício de funções técnicas. A importância das tarefas que desempenham, provada na prestação efetiva de serviços absorventes, não lhes deixa tempo para realizar uma carreira de escritores. Tudo parecia concorrer para que Inácio Rangel, também absorvido por tarefas concretas, fôsse impedido de cumprir sua missão de escritor. Êste ano, porém, publica três livros: êste, editado pelo ISEB, um em Belo Horizonte e outro em Salvador. O aparecimento dessas obras estenderá, a ciclos mais amplos, a influência que seu autor vem exercendo em quadros restritos e profissionais.

Em "A Dualidade Básica da Economia Brasileira", há dois aspectos que desejo assinalar: o método e o diagnóstico.

Como estudo, é uma ilustração do método histórico. Não é a primeira vez que se tenta interpretar nossa formação econômica à luz do método histórico. Entre os que o fizeram se incluem especialmente os autores marxistas. Um grande mérito deve ser reconhecido no trabalho dêsses publicistas. Mostraram os fatores objetivos da evolução do País e impuseram a si próprios uma exigência de rigor na demonstração de suas teses, desvinculando-se das generalizações fáceis que inutilizam, do ponto de vista científico, as interpretações impressionistas. Especialmente no estudo da economia brasileira, sublinharam o fato de que só pode ser compreendida em função do comércio mundial. Mas, de modo geral, pode-se

arguir os autores marxistas de terem incorrido em três espécies de deficiências ao utilizarem o método histórico. Em primeiro lugar, tenderam a assumir uma postura romântico-moralista na descrição dos fatos econômicos, permitindo-se, freqüentemente, julgamentos de valor, sobretudo quando descreviam o papel da burguesia na formação econômica do país, o que, às vezes, emprestava a seus estudos caráter panfletário, incompatível com o estilo propriamente científico. Em segundo lugar, tenderam a aplicar aqui, de modo mecânico, não apenas as conclusões, mas também as categorias dos estudos marxistas realizados na Europa, o que os levava a ver analogias entre a formação do capitalismo brasileiro e a dos países europeus, dispensando-os de um esforço de dinamização do método histórico. Finalmente, em virtude dessa inconsistência, foram de certo modo miopes em relação às especificidades históricas do processo brasileiro, as quais só se poderiam revelar se menos passiva e mais crítica tivesse sido a assimilação da doutrina marxista.

Do ponto de vista metodológico, este livro é um marco na história das idéias em nosso País. Dá o exemplo de como se pode assimilar, de maneira crítica, a ciência social importada. Adotando o método histórico, o autor conserva, no entanto, uma posição de severo objetivismo, isto é, não sucumbe à tentação de invectivar os fatos. E porque domina o emprêgo desse método, não se submete a conclusões pré-fabricadas e procura pensar o processo brasileiro, diretamente, induzindo, dos fatos que examina em primeira mão, as observações que formula. Isso quer dizer que as semelhanças que certamente existem entre a formação do nosso capitalismo e a do europeu não ofuscam a sua capacidade de percepção. Tais semelhanças são reconhecidas e descritas nas distorções que lhe impuseram as particularidades históricas que condicionam a sociedade brasileira.

Tocamos aqui no segundo aspecto deste livro. Referimos-nos à originalidade da interpretação nele exposta. O autor descobriu a lei básica da formação econômica do Brasil.

Com efeito, o Brasil, como sociedade inserida no campo da civilização ocidental, é necessariamente dual, ou seja, é um, visto do interior; outro, visto do exterior. O que é novo, nesta observação, é a afirmação do caráter necessário, inevitável, da dualidade. Com o nome de transplantação, diversos estudiosos tinham assinalado o fato. Mas o explicaram erroneamente. Consideravam a transplantação fenômeno ilustrativo de um traço patológico em nossa psicologia coletiva. Viram a dualidade, a transplantação, como resultante de um vício, da prática insensata da imitação. A lei da dualidade, porém, explica a incongruência entre o aspecto interno e o externo do Brasil,—como fenômeno historicamente normal, como fato "necessário", decorrente da dinâmica real do seu processo. A dualidade é uma imposição da maneira pela qual nos integramos na história universal. É ela que explica a nossa psicologia coletiva e não o contrário. A dualidade não é apenas uma lei de nossa economia, mas da sociedade brasileira em geral. Em alguns trabalhos, tenho feito essa extrapolação para domínios não econômicos, tirando assim tôdas as conseqüências da formulação de Rangel. É fácil compreender como a categoria de dualidade tornou obsoleta a teoria sociológica da transplantação, vigente no Brasil até bem pouco tempo. Ao explicar a transplantação pela psicologia coletiva, essa teoria confundia o efeito com a causa e escamoteava a verdadeira raiz do fenômeno. A luz da dualidade, a transplantação não pode ser considerada nem um bem, nem um mal, ou melhor, é apenas pormenor de um processo histórico-social global, cuja conjuração depende de uma transformação real e não da mera manipulação da psicologia coletiva.

Neste livro a dualidade é exposta em termos econômicos. Mostra o autor que, embora as fases da evolução econômica tendam a apresentar-se aqui na mesma ordem de sucessão que se verificou na Europa, tal sucessão ocorre de modo muito peculiar. Não compreenderá a economia brasileira quem a considerar como um todo homogêneo, pois é heterogênea em duplo sentido: quanto às leis dominantes nas suas rela-

ções internas e externas, e quanto à simultaneidade de fases que se têm registrado em cada um dos seus momentos.

Organizada para complementar a economia exterior, a economia brasileira, no tocante às suas relações externas, está sempre em nível superior ao das suas relações internas. É obrigada, externamente, a conduzir-se na forma da economia dominante do mundo de que faz parte. Internamente, porém, está em nível inferior. A fazenda de escravos e o latifúndio brasileiros são institutos muito peculiares, distintos da vila romana e do feudo medieval. A estes se assemelham apenas quanto ao seu conteúdo interno, embora sejam verdadeiras emprêsas comerciais, isto é, institutos capitalistas, organizados essencialmente para o comércio. Atualmente, a dualidade básica da nossa economia consiste em que, dentro dela, predomina o capitalismo liberal e, nas suas relações com o mundo de fora, prevalece o capitalismo de Estado. Dêste fato decorre uma conclusão de ordem prática ou programática: a de que é absurdo, como observa Rangel, exigir coerência de princípio em todo programa visando à economia nacional como um todo. Não basta, pois, assinalar o caráter dual de nossa economia, quanto às leis dominantes dentro e fora dela. Por isso, o propósito dêste estudo não é acadêmico. É, sobretudo, o de integrar nosso raciocínio econômico em sua realidade concreta, a qual demanda uma economia diferencial.

A dualidade ainda implica outro sentido econômico. Convém observar que Rangel afirma a dualidade apenas tendo em vista as tendências dominantes dentro e fora de nossa economia. Nela, porém, reconhece que coexistem tôdas as fases da evolução econômica da humanidade: o comunismo primitivo das tribos selvagens, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo em suas diferentes etapas, comercial, industrial e financeira. Seria impossível e inútil pôr em equação tôdas as ordens de leis e tendências que constituem o complicado dinamismo de nossa realidade econômica. Para operar sobre ela, basta descobrir suas leis dominantes, interna e externamente, e tomá-las como referências fundamentais da programação. Todavia, é teoricamente importante

a clarificação, devida a Rangel, do que W. Pinder chamou de "contemporaneidade do não coetâneo". Esse é um dado de nosso País, cuja consciência é indispensável ter, para tornar concreta a elaboração teórica, não só no domínio da economia, como no das ciências sociais em geral. Neste livro descreve-se a economia nacional como um todo estratificado, entendendo o termo num sentido muito próximo ao de Hartmann. Cada estrato, embora sustentado pelo que o precede, tem suas leis próprias. Em seus resultados finais, porém, nossa economia é condicionada pela interação das diferentes leis de seus estratos, os quais são descritos pelo autor nos seguintes termos:

a) A economia natural pré-capitalista, onde predomina a produção direta ou para autoconsumo, característica da chamada "lavoura de subsistência", nos quadros institucionais do latifúndio, a qual, como residuo, sobrevive ainda nas cidades, especialmente nas médias e pequenas, na forma dos chamados "serviços domésticos". Um cômputo cuidadoso revelará que essa atividade estranha ao mercado ocupa ainda a maior parte do tempo de trabalho nacional, em condições de produtividade muito baixas.

b) A economia de mercado capitalista, dominante na indústria, nos serviços (transportes, comércio, govêrno) e na agricultura comercial, especialmente a grande "plantation" voltada seja para o mercado externo, seja para o interno. Este é o setor mais dinâmico da economia nacional e em torno do qual tôda esta se ordena. Não obstante, ocupa uma parcela relativamente pequena do tempo de trabalho nacional total. Representa entre nós o capitalismo estílo século XIX.

c) O comércio externo ou "setor resto do mundo", isto é, o aparelho que põe em contato a economia nacional com o resto do mundo. Abrange o comércio exterior pròpriamente dito e também certas atividades especiais nas quais os fatores estrangeiros intervêm como elemento dominante (notadamente o capital estrangeiro). Em tempos essas atividades con-substanciavam o emprêgo de uma técnica qualitativamente

diferente da que domina no setor da economia de mercado nacional. Todo esse setor tende juridicamente a revestir ou já reveste a forma de serviço de utilidade pública. Aqui se emprega uma parcela mínima do tempo de trabalho nacional. Essas três formações se opõem duas a duas, dando origem a dualidades diferentes.”

Assinalei apenas alguns pontos mais salientes desta obra. Na verdade, muito das idéias do autor haveria ainda que ressaltar. O presente livro abre muitos horizontes, oferece muita sugestão fecunda para a interpretação, ou melhor, a reinterpretção dos fatos da vida brasileira. Sem dúvida, é de esforços como este que se pode dizer, sem favor, que contribuem para o surgimento entre nós de uma verdadeira ciência nacional.

GUERREIRO RAMOS

PREFACIO

O conceito da dualidade da economia brasileira e de várias outras de formação análoga, especialmente as latino-americanas, não é novo. Ocorre que não se atentou ainda o suficiente para essa característica, a fim de retirar dela tôdas as consequências que comporta.

Preliminarmente, não se trata de abandonar a ciência econômica estrangeira—antiga ou contemporânea, “radical” ou “conservadora”—ou de demolí-la, para, sôbre seus escombros, erigir uma ciência autóctone, mas, ao contrário, de salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprêgo dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, nos são inúteis sem essa precaução.

Trata-se, pois, de substituir o “bom-senso nacional”—pelos cadinhos do qual sempre fizemos e continuamos a fazer, com maior ou menor êxito, passar a ciência importada, antes de sua aplicação aos nossos problemas ou durante ela—pelo critério científico que Mauá chamava de “fôrça das circunstâncias”, ao qual se chega pela investigação sistemática de nossas “peculiaridades”.

Meus estudos levaram-me à conclusão de que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuo a esse termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, tôdas as nossas categorias—o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional—são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente.

A tarefa do economista—após dominar a ciência univer-

sal e o manejo dos seus instrumentos—consiste em examinar, na própria vida, como êsses aspectos reagem um sobre o outro; como essas construções dúplices se comportam umas frente às outras no complexo que é a economia nacional; e como esta se comporta em suas relações igualmente dúplices com o estrangeiro, pois confrontam formações heteronômicas. Determinar as leis dêsse comportamento, eis a tarefa que me propus e que proponho ao pensamento econômico nacional—porque não está cumprida, nem mesmo na forma em que aparece neste trabalho.

INÁCIO RANGEL

DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

“...é forçoso, entretanto, reconhecer que, conforme o ponto de vista de que são estudados os fatos econômicos, encontram-se problemas de solução difícil... E, na verdade, cumpre estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinam certos fenômenos são diversas, e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns daria em resultado ficarem êstes seriamente comprometidos em outros, se o bom-senso nacional não repelesse o “presente de grego” que os chamados “mestres de ciência” lhe querem impor.”

“O estudo da economia política é difícil pelas variáveis que abrange, e pelas circunstâncias essencialmente “diversas” até onde pretende estender essa ciência a influência dos seus princípios, querendo seus apóstolos “dominar” fatos que ainda não podem explicar. Isso provoca resistências que, sem condenar a “ciência”, desautorizam alguns dos seus dogmas... e denuncia a necessidade de maior estudo quanto à origem de certos fatos em controvérsia, ou talvez a necessidade de expulsar de seu vasto arsenal científico mais de uma pretensão insustentável.” (1)

VISCONDE DE MAUÁ

A conceituação da Economia Política que muito evoluiu depois de Mauá, já evoluía ao seu tempo, sob o acicate das dúvidas e inquietações que êle próprio conheceu. Não apenas seria deslocado exigir hoje o que para êle era ponto pacífico, isto é, que: “...antes que uma teoria consiga firmar-se na base sólida da ciência tem que pôr à prova suas conclusões, que devem ser *invariáveis*—para todos os países e em qualquer ocasião; de outro modo perde a teoria aquela base, vendo-se substituída pela *força das circunstâncias*...” como, ao contrário, o objetivo precípua da ciência é pôr em equação a

(1) Visconde de Mauá, “Autobiografia”, págs. 314-315.

fôrça das circunstâncias. As leis da ciência—da sociedade e da natureza—perderam aquela rigidez, aquela insustentável exigência de constância, no tempo e no espaço. Tornaram-se históricas, isto é, definem o comportamento da realidade em certas circunstâncias e valem apenas enquanto estas perduram. Não se trata, evidentemente, de tôdas as circunstâncias, mas apenas das mais gerais e duradouras. Fora da histórica, a economia se reduz à lógica, à dialética e a uma gnoseologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas. Não existe pois economia "pura", senão no sentido relativo que parece atribuir-lhe Marshall (2), isto é, de simples método para o tratamento de certa espécie de fenômenos. É certo que em tôdas as épocas o homem produz mais ou menos socialmente sua vida e isto implica em economia. A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e êste muda ininterruptamente.

Mas não se podia exigir de Mauá que estivesse adiante da ciência do seu tempo. Esta conhecia apenas uma Economia Política—a do capitalismo. Estava no futuro a tarefa de estudar as outras economias políticas—do comunismo primitivo, do escravismo, do feudalismo—e nesse mesmo futuro estava a própria criação (e, portanto, o estudo) da economia política do socialismo.

Como a ciência conhecia sòmente uma economia política, aplicava-se à pesquisa de um só complexo de leis—as leis dessa economia, e, em lua de mel com as verdades recém-descobertas, considerava-as eternas e universais. Foi o grande mérito de Mauá, suficiente para impô-lo como sábio de invulgar estatura, o fato de se ter erguido acima dessa concepção ingênua, ao nível da consciência de que nem tudo se podia explicar pelos "dogmas" (ou leis) conhecidos em sua época. Isso é inquietação criadora, e tôda a posterior evolução da ciência a reivindica como tal.

(2) "...Embora seja certo que atribuo universalidade elevada e transcendente ao esquema central do raciocínio econômico, não atribuo nenhuma universalidade aos dogmas econômicos. Não constiuem um corpo de verdade concreta mas uma máquina para a descoberta." ("The present position of Economics", 1885 — Alfred Marshall).

O BOM-SENSO "NACIONAL"

Mauá reivindicava para o *bom-senso nacional* a missão de corrigir e completar a ciência de sua época. Não apenas para o *bom-senso* em geral, mas para o *bom-senso nacional*. Ai estava implícito um aspecto essencial da noção da historicidade das leis da ciência social. Com efeito, pode-se retrucar com razão que não há antagonismo algum entre o *bom-senso*—"la chose la mieux partagée", de Descartes—e o conhecimento científico. Ciência é *bom-senso* refinado, sistematizado, generalizado—porque o próprio *bom-senso* já é uma generalização preliminar do conhecimento empírico. A novidade está na distinção implícita entre o *bom-senso em geral* e o *bom-senso nacional*.

Admitir um *bom-senso nacional* é admitir implicitamente uma natureza humana *nacional*, diversa da natureza humana em geral. É admitir que o homem varia em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce. É admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo.

HISTORICIDADE DAS LEIS ECONÔMICAS

As duas correntes que hoje dominam o pensamento científico no campo da economia política—o marxismo e o keynesianismo—incorporaram mais ou menos explicitamente essa conquista essencial do pensamento humano. Keynes não apresenta a sua "Teoria Geral" como válida para tôdas as épocas e tôdas as circunstâncias, mas como teoria de uma *economia monetária*. (3) Donde se depreende que essa teoria não é inteiramente válida para a economia brasileira, que só parcialmente é monetária. E Prebisch vai mais além, reivindicando

(3) Poderíamos precisar mais ainda, dizendo que a teoria de Keynes se aplica a um momento particular da história da economia monetária. Isso, naturalmente, não quer dizer que a teoria keynesiana seja inútil para o tratamento de fenômenos correspondentes a outros momentos da economia monetária.

do o direito, para os economistas latino-americanos, de pensarem por si mesmos e recusando-se a admitir o "sentido de universalidade que freqüentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais." Retoma o bom combate onde o deixou Mauá.

Em meus estudos sobre a economia brasileira, parto da historicidade das leis em ciência. Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabralina seja regida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos. Há certamente traços comuns, na medida que em todos êsses casos encontramos homens vivendo em sociedade e produzindo socialmente sua vida. Mas o cientista que se quisesse limitar ao estudo dêsses aspectos se encontraria mais desarmado para apreender a realidade, objeto do seu estudo, do que um menino de jardim de infância, que, em seus verdes anos, já incorporou, além das noções a que tal ciência poderia conduzir, uma experiência pessoal muito rica. O que importa é conhecer como nossa sociedade concreta se comporta em sua vida econômica, na produção de sua própria vida, da vida dos seus membros. Ora, para isso, em nosso caso, faz-se mister examinar como tôdas as sociedades humanas se comportaram e comportam.

A economia política "clássica" é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades nem são universais nem eternas. São *verdades* relativas a uma fase determinada da evolução da economia humana, e só são verdades enquanto se referem a essa frase.

Tomemos o exemplo da "lei do mercado", formulada por J. B. Say, segundo a qual a superprodução é impossível, porque, ao produzir, o individuo cria uma capacidade de consumo exatamente igual à produção. Seria absurdo sustentar tal coisa em nossos dias—dias de crises de superprodução, catastróficas (piores que as guerras) e duradouras. Mas seria absurdo igualmente pretender que tal lei nunca encerrou verdade alguma. Numa economia baseada na per-

muta ou na produção para o autoconsumo, isto é, natural, a lei do mercado é verdadeira. Numa economia mercantil e monetária, mas na qual a produção esteja muito dispersa, confiada a milhões de simples produtores de mercadorias, a lei do mercado continua *essencialmente* válida, embora a introdução do dinheiro já implique a *possibilidade* de certa discrepância entre a produção e o consumo.

OS DOIS RAMOS DA CURVA EVOLUTIVA DO CAPITALISMO

Mesmo numa economia capitalista a igualdade tende a afirmar-se, embora com menor regularidade e só ao longo de ciclos, em que os períodos de depressão alternam com os de prosperidade.

O próprio ato da inversão cria oferta e procura de bens e serviços e o equívoco dos que hoje pretendem apoiar-se na lei "des debouchés" está em que não vêem que não há correlação obrigatória entre a quantidade de oferta e a quantidade de procura de bens que resulta da mesma inversão. A história do capitalismo pode dividir-se em dois períodos: no primeiro a inversão tende a gerar, ao longo das flutuações cíclicas ordinárias (ciclos de Juglar), mais procura efetiva do que oferta, com o resultado de que todo o sistema tende a expandir-se; no segundo, ao contrário, cada inversão tende a provocar, a longo prazo, mais oferta do que procura, perdendo o sistema a capacidade de reajustamento automático, uma vez que propende a imobilizar-se na depressão.

A problemática econômica do capitalismo muda radicalmente quando o sistema passa do ramo ascendente da curva para o descendente. Uma vez atingido o ramo descendente, faz-se cada vez mais imperativo tornar a procura efetiva global independente do preço da mão-de-obra. Mas, como a maior parte da massa da renda que se aplica ao consumo é representada pela totalidade dos salários pagos, essa operação implica realmente exigir que o salário deixe de ser regulado pelas condições do mercado de mão-de-obra, pois é mister que suba quando a procura dessa "mercadoria" espe-

cial diminui, o que aberrava das condições inerentes ao capitalismo, tais como os clássicos e os neoclássicos as estudaram.

Esse problema está recebendo duas soluções: nos países comunistas, a massa dos salários pagos é determinada residualmente, isto é, deve ser igual ao produto nacional esperado menos as inversões programadas. Assim, a oferta e a procura conservam sua influência sobre a determinação dos salários relativos, mas o "fundo social" dos salários (ou o nível geral dos salários) escapa à sua ação.

Nos países capitalistas avançados, dado que o método direto está fora de cogitações, por não terem sido socializados os meios de produção, procura-se obter o mesmo resultado mediante a criação de uma procura extraordinária de mão-de-obra (gastos públicos e estímulo a inversões privadas pela baixa da taxa de juros, etc.). No primeiro caso, o regime deixa de ser capitalista, uma vez que se quebra a peça central do sistema, o mercado de mão-de-obra; no segundo, isso não acontece, porque se procura conservar e utilizar o mecanismo desse mercado.

O homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra em crise e perece.

Em síntese: a lei—antes objetivamente verdadeira, porque refletia com suficiente fidelidade um processo real, estranho ao nosso espírito—torna-se falsa; é substituída por outras porque o acaso, no sentido absoluto, não pode ser outra coisa que expressão de nossa ignorância.

ECONOMIA MODERNA E ANTIGA

Mas, que dizer de uma economia que seja ao mesmo tempo *moderna e antiga*? De uma economia onde subsistam virtualmente, lado a lado e agindo umas sobre as outras, todas as formas que a história clássica registra? Ai, evidentemente, todas as leis da economia, as bem pesquisadas, como

as do capitalismo, e as imperfeitamente estudadas, podem ter validade objetiva.

Essa verificação é apenas o ponto de partida. Mesmo as leis mais bem estudadas não podem refletir fielmente a realidade de certos processos, porque sua ação é perturbada pela ação de outras leis de natureza diferente. Por exemplo: a "loi des débouchés" é essencialmente verdadeira para uma economia baseada na produção destinada ao autoconsumo e à pequena produção de mercadorias. Ora, a economia agrária de vastas regiões do Brasil responde a essa especificação, mas seria absurdo pretendermos que aí não há possibilidade de crise econômica. O que ocorre é que essa pequena produção de mercadorias e mesmo essa produção natural estão de tal maneira articuladas e engrenadas com a produção capitalista nacional e mundial que as pequenas unidades produtivas funcionam realmente como células de um vasto e único organismo mundial e, portanto, refletem os processos que se verificam no conjunto.

Além disso, seria igualmente absurdo pretender que a lei do mercado não tem importância alguma, só porque sua ação é perturbada, pois essa lei perturba igualmente a ação das leis específicas do capitalismo, de sorte que tampouco estas imperam soberanamente.

Por exemplo: a dissolução da economia seminatural do Nordeste resulta em superpopulação agrária; esta dá origem ao "pau-de-arara", o qual vai influir no mercado de trabalho de São Paulo e do Rio, perturbando um processo tão essencial à vida do capitalismo quanto à fixação do nível dos salários.

Ou ainda: todos os que pesquisaram com seriedade a economia do babaçu, inclusive autorizada missão norte-americana, que esteve há uma década na região dos cocais, tropeçaram com o fato de que o mecanismo dos preços aí não funciona como seria de esperar. Aprofundando-se o assunto, descobre-se a "anomalia" de que a mão-de-obra empregada na produção do côco é paga muito abaixo dos padrões vi-

gentes na mesma região, sem embargo do que a produção se faz e é, para muitos, atividade lucrativa.

Segundo as leis do capitalismo, o funcionamento de tal indústria seria impossível. Mas, se atentarmos para o fato de que o babaçu é para o produtor uma atividade marginal e que esse produtor não tem terra e trabalha em terra alheia, pela qual não costuma pagar aforamento, ocorre-nos que a parte não-paga do custo do babaçu deve conter esse aforamento. A quebra do babaçu seria, assim, uma prestação em espécie da mesma natureza que o tributo—categoria muito conhecida para quem estuda a economia feudal.

A economia brasileira tem, portanto, um setor capitalista e outro pré-capitalista. O próprio setor capitalista, no entanto, não é homogêneo, uma vez que, como elemento do mercado mundial, o Brasil é parte de um sistema econômico avançado, representando assim um capitalismo que perdeu a capacidade de reajustamento automático e se acha no ramo descendente de sua curva evolutiva. Por outro lado, internamente, a própria crise mundial do capitalismo está fazendo surgir um vigoroso capitalismo nacional, com uma problemática própria, centrada não na procura, mas na oferta, à maneira clássica. O capitalismo nacional desenvolve-se na base da substituição de importações, mas de tal modo que cada substituição feita induz e precipita novas inversões em substituição de importações. (4)

O CAOS APARENTE

Mas não se trata apenas de verificar que uma economia como a nossa apresenta características correspondentes a várias etapas do desenvolvimento da economia humana, tal como evoluiu historicamente. É preciso investigar atentamente como agem umas sobre as outras as leis correspondentes a essas diferentes etapas.

Visto deste ângulo, o problema nos parece insolúvel. A

(4) V. do autor "Introdução ao Estudo da Economia Brasileira", do autor (Edit. Progresso — Bahia).

economia brasileira apresenta aspectos bem definidos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana. Temos o comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, em algumas áreas retrógradas, onde, sob a aparência de dívidas, se compram e vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo, em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas as suas etapas: mercantil, industrial e financeiro. Além de tudo isso, o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo.

Se quisermos pôr em equação todas as *circunstâncias* implícitas na caracterização de um único fenômeno, de uma única operação comercial, poderemos desesperar-nos, mesmo hoje, quando já existe considerável acervo de informações e conhecimentos que faltavam a Mauá. Cada fato é resultante de tantas forças, que a procura de seu conhecimento exaustivo deve ser abandonada.

Mas, tal atitude seria anticientífica. Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o Universo. Ora, a experiência demonstra que essa realidade complexa, que é a economia brasileira, não é uma Babel. Comerciantes, industriais, banqueiros, operários, camponeses, todos aprendem, pela experiência própria, sedimentada e preliminarmente generalizada em *bom-senso*, a orientar-se no seu interior, a perseguir e conquistar um lugar dentro dela. Isso significa que a interação de todos aqueles conjuntos de leis não resulta em caos, em reinado do acaso, mas em comportamentos estáveis e racionais que devem ser sistematizados e explicados, se quisermos que a economia política seja uma ciência no Brasil.

O QUE SE DEVE APRENDER NOS LIVROS ESTRANGEIROS

Isso não quer dizer que a economia que estudamos nos livros estrangeiros e aprendemos em nossas escolas não seja científica. Significa que, afora a técnica de tratamento dos fenômenos econômicos—que é algo que progride sempre e

constitui um fundo comum—tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada.

Para nós, além disso, as *ciências* estrangeiras, antigas e modernas, contêm enorme acervo de verdades que refletem o que há de essencial nos processos de cada uma das economias aqui coexistentes.

O latifúndio brasileiro não é idêntico ao feudalismo medieval europeu ou asiático. Mas, se não tivermos noção do funcionamento de uma economia feudal, jamais poderemos chegar ao conhecimento científico do latifúndio. A indústria brasileira moderna não é idêntica à indústria inglesa do tempo de Mauá; e, no entanto, se não a conhecermos, tampouco lograremos o conhecimento científico de nossa indústria. Nossa escravidão não foi idêntica à greco-romana; todavia, sem o estudo desta, que consubstanciou e sistematizou toda a evolução desse regime e o apresentou em forma cientificamente pesquisável nos institutos do Direito Romano, não sairemos do reinado do acaso.

As leis da economia brasileira são, em certo sentido, próprias, peculiares. As diferentes economias que nela coexistem não se justapõem mecanicamente. Ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários.

A resultante não é nem um nem outro dos termos em conflito, mas um sistema original, dotado de dinâmica própria. Mudam os termos em conflito—e a história dessa mudança é o que há de específico na história do Brasil—embora o próprio conflito continue. Mas, se o bom-senso pode dar-nos uma idéia preliminar desse processo, da ciência se exige que dêle nos dê um conhecimento ordenado e sistematizado, que nos torne capazes não apenas de prever a marcha dos acontecimentos, mas a nela intervir para dirigir o processo.

O conhecimento das leis peculiares a cada uma das economias em presença não é, pois, senão um primeiro passo.

Considerando que o organismo econômico é um só e

nêle atuam e se contrariam tôdas as leis da economia, fazendo-se sentir com tôdas as intensidades imagináveis, quem pretendesse equacionar tudo o que influi em cada fenômeno concreto se arriscaria a encanecer num trabalho inteiramente inútil, porque, provavelmente, os fatos teriam mudado quando se chegasse à sua definição científica, e então seria mister recomeçar. Nosso caminho não pode ser êsse.

DOIS COMPLEXOS DE LEIS

Poderia ocorrer que—apresentando a questão em termos mais abstratos—, a interação das leis tendenciais, representativas de cada uma das economias em presença, estivesse sujeita, ela própria, a leis. Definidas essas leis, teríamos dado um salto considerável para converter a incognoscibilidade em cognoscibilidade, isto é, para descobrir a ordem que a experiência imediata nos ensina existir nesse caos aparente.

No estudo do latifúndio brasileiro, vamos encontrar, certamente agindo umas sobre as outras, tôdas as leis da economia, as vivas e as mortas, do ponto de vista da ciência oficial. Se atentarmos melhor, no entanto, veremos que, para uma definição válida do instituto, nos deve bastar o conhecimento das leis que regem uma economia feudal e das que regem uma economia capitalista, porque o latifúndio é, *essencialmente*, um instituto misto: feudal-capitalista. As outras leis só indiretamente atuam, na medida em que modificam o conteúdo feudal e o capitalista do instituto. São meros condicionantes, mas não determinantes.

Isso exige de nós um critério prático para a distinção das diversas economias: comunista primitiva, escravista, feudal, capitalista, que correspondem aproximadamente às divisões convencionais da história da civilização: Pré-História, Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, ao menos na Europa.

Cada um desses regimes comporta uma infinita variedade de tipos, mas o modo de propriedade dos meios de produção não varia para cada um deles.

Pré-História — Meio de produção fundamental: o próprio homem. Modo de propriedade: coletivo (o homem pertence à tribo).

Antiguidade — Meio de produção fundamental: o mesmo. Modo de propriedade: privado (o escravo).

Idade Média — Meio de produção fundamental: a terra. Modo de propriedade: privado (o servo).

Idade Moderna — Meio de produção fundamental: o capital (essencialmente uma riqueza móvel). Modo de propriedade: privado (trabalho assalariado).

Quando classificamos como fundamental um meio de produção, não queremos significar que seja mais importante que os demais para a produção, no sentido técnico. Não há produção sem certa ação do homem sobre a terra, a natureza, e geralmente essa ação se exerce por meio de um instrumental qualquer, isto é, do que se costuma chamar de capital. Ademais, o ato de produção é indivisível e só figuradamente podemos atribuir maior ou menor produtividade a êsses "fatores". Para usar a frase famosa de William Petty, se o trabalho é o pai da riqueza, a terra é a sua mãe. No que se refere ao capital, enquanto riqueza, é filho dos dois primeiros.

Todavia, se abstrairmos o aspecto técnico da produção e a inserirmos em um contexto sócio-histórico, veremos que cada um dos fatores participa do ato de produção pela mão de um proprietário e, tais sejam as condições, o controle de um ou de outro se torna estratégico. Juridicamente, êsse fator estratégico surge como "principal" e os demais, como "acessórios", devem segui-lo. O detentor do meio de produção fundamental estende seu império aos demais fatores e sobre essa base se estrutura a sociedade.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Ao ser descoberto o Brasil, não havia regime algum que, sequer, conhecesse a escravidão. O prisioneiro de guerra, pertencente à comunidade, não era ainda um escravo, mas gado para corte ou membro da tribo, segundo as circuns-

tâncias. Historicamente, só após a verificação de que o prisioneiro podia produzir, por meio do seu trabalho, mais carne e alimentos para a tribo do que os contidos em seu próprio corpo, é que a escravidão se definiu. No Brasil, essa etapa ainda não havia sido alcançada.

A história do Brasil começa com a transição dêsse regime para o escravismo, avanço considerável, para o qual não estava preparada a sociedade ameríndia. Todo o período colonial se ocupa com a estruturação da economia escravista que, criando uma lavoura estável, criou igualmente as condições de passagem para o regime feudal, onde a propriedade da terra é suficiente para conferir ao seu detentor o comando supremo da riqueza móvel e do próprio homem. Contemporaneamente, a riqueza móvel—e, com ela, o capital—ganha importância relativa cada vez maior e a própria terra se torna objeto corrente de compra e venda, isto é, mobiliza-se, converte-se em capital. Mesmo na agricultura, a propriedade das máquinas, dos adubos, do gado, torna-se mais importante que a própria propriedade do solo, principalmente nas regiões mais avançadas. Entramos na era do capitalismo.

PECULIARIDADES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Apesar dessa analogia, porém, a história do Brasil não retrança fielmente a história universal, especialmente a europeia, porque nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas. Nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas vicissitudes.

A vila romana, o "oikos" grego, eram essencialmente economias fechadas, dedicadas à satisfação das próprias necessidades. Isso não quer dizer que a coexistência de unidades fechadas não desse origem a problemas de economia propriamente "política" (5), mas que o comércio, especialmente nos primeiros tempos, era uma atividade marginal, econômica, salvo o comércio típico dessa sociedade, a saber, o

(5) "Economic Doctrine and Method" — J. Schumpeter, pág. 10.

de escravos. A fazenda de escravos brasileira, ao contrário, nasceu e cresceu tendo em vista o comércio. Era, ela própria, uma empresa mercantil, dedicada a atender às necessidades do mercado mundial. Isso fazia do seu proprietário um personagem original, solicitado simultaneamente por duas ordens de interesses diferentes. O senhor de escravos brasileiro era ao mesmo tempo um "dominus", no sentido romano, e um comerciante, no sentido holandês do século XVII, ou um industrial, no sentido inglês, dos séculos XVIII e XIX.

Com isso queremos dizer que a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo, e podemos passar à uma observação da máxima importância, porque comum a todas as fases de evolução da economia brasileira, isto é: que essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é *internamente* feudal e *externamente* capitalista.

RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DE PRODUÇÃO

Esse fato é capital. Convém distinguir entre a interação da ordem interna e da externa de relações de produção e a influência que exercem sobre cada uma dessas ordens, e sobre o complexo, as leis de outra natureza—comunistas primitivas, escravistas e socialistas (ou, com mais propriedade, capitalistas de Estado)—cuja ação também se faz sentir na economia. Essas outras influências qualificam as duas em causa, sem alterar a sua essência, sem se imporem independentemente, ao passo que estas guardam sua fisionomia própria. No estudo do latifúndio, podemos, portanto, ignorar todas as outras leis tendenciais atuantes na economia nacional, influenciando tanto interna quanto externamente, para considerar apenas as relações capitalistas e feudais de produção. No estudo da fazenda de escravos de antes da Abolição, igualmente podíamos abstrair a influência de uma ordem feudal em ges-

tação, para considerar apenas as relações de produção típicas de uma economia escravista e as de uma economia capitalista.

O fato ressaltará melhor se compararmos nosso latifúndio à fábrica inglesa ou norte-americana. Nesta vamos encontrar relações de produção capitalista, tanto dentro do próprio instituto—relações de salariedade entre o patrão e os operários—quanto entre a própria fábrica e as outras unidades da economia, isto é, quanto à sua posição no mercado capitalista. No latifúndio, ao contrário, a fazenda se relaciona com as outras unidades da economia nacional e com o mercado mundial, como se fosse uma empresa capitalista; mas, no interior, entre o latifundiário e os "agregados", essas relações são, em essência, relações de enfiteuse. (Ultimamente, esboçam-se aí relações de outro tipo, de tipo capitalista.) Encontraremos a mesma diferença se compararmos o latifúndio brasileiro com os feudos medievais, ou a extinta fazenda de escravos com a vila romana.

Claro está que o atual mercado capitalista brasileiro não é o mesmo de há 60 anos, e a nova ordem feudal instituída sobre as ruínas da fazenda de escravos da mesma época tampouco era idêntica à de hoje. A massa de mão-de-obra recém-liberta nessa época hoje já não influi nas relações internas do latifúndio, assim como a presença de uma vigorosa indústria nacional ainda não havia dado ao mercado nacional o caráter que atualmente apresenta. As relações internas, porém, tanto naquela época como agora, eram predominantemente feudais e, portanto, deviam e devem ser estudadas em função das leis que regem uma economia feudal; quanto às relações externas, eram, então como hoje, capitalistas.

A LEI DA DUALIDADE

O problema se simplifica, portanto. Trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, de pôr em evidência as *duas economias dominantes*—porque cada uma delas, em seu próprio

campo, é dominante. A isso proponho que se chame de *dualidade básica* da economia brasileira. A dualidade é a lei fundamental da economia brasileira. Podemos formulá-la nos seguintes termos:

A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção.

Essas duas formações econômicas básicas—cada uma regida por suas leis próprias, formuladas com precisão maior ou menor pela ciência econômica universal—não se limitam a coexistir. Pressionam continuamente uma sobre outra, estão em permanente conflito. No caso do latifúndio, por exemplo, o mercado capitalista pressiona constantemente para modificar as relações vigentes no interior do instituto, ao mesmo tempo em que a presença, nesse mercado, de uma produção e de fatores de produção (inclusive homens), oriundos do latifúndio, modifica a sua fisionomia. Assistimos, assim, em nossos dias, à generalização do salariedade na vida interna do latifúndio e também a certa desvirtuação do caráter do salariedade fora do latifúndio, graças aos homens por ele expelidos.

Com o correr do tempo e o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as condições vigentes no setor em que predominam as relações de produção de tipo superior tendem a prevalecer e, eventualmente, a substituir as vigentes no outro setor, embora tal desfecho não seja obrigatório. A pressão do comércio capitalista, como consequência da revolução industrial, não provocou, entre nós, o aparecimento do capitalismo no interior da fazenda de escravos, mas o aparecimento de uma ordem feudal. A hierarquia dos tipos de relações de produção é a inversa da que nos apresenta a cronologia histórica.

O PERSONAGEM CENTRAL DO DRAMA

A adequação das duas economias díspares é, em todos os casos, função de um personagem especial que, por assim dizer, reduz à mesma denominação, tornando quantitativa-

te comparáveis, isto é, homogêneas, as forças de produção internas e externas. De certo modo, esse personagem é obrigado a manter duas contabilidades, ambas as quais devem balancear os próprios lançamentos, sem que cada lançamento de uma, no entanto, corresponda obrigatoriamente ao de outra. Esse personagem é a figura central do drama e dele depende o próprio funcionamento do sistema.

No caso de uma empresa capitalista operando em mercado capitalista, todos os custos são contábeis. O empresário conhece de maneira imediatamente inteligível o custo de todos os fatores de produção, quer os pagos no interior, quer os adquiridos no exterior, de sorte que pode compará-los com o valor pago no mercado pelos produtos da empresa. O mercado de produtos e o de fatores são exatamente da mesma natureza. No caso de uma fazenda de escravos ou do latifúndio, ao contrário, os fatores básicos de produção têm um custo que não é redutível de maneira direta à mesma denominação em que o mercado de produção (ou dos fatores exógenos) se exprime. Não é possível, portanto, aplicar à segunda empresa as mesmas normas de direção válidas para a primeira. Nem tampouco é possível esperar que as duas economias reajam do mesmo modo aos mesmos estímulos. A adequação das duas economias deve, pois, constituir uma especialidade. É resultado de uma experiência acumulada, que o economista deve conhecer e generalizar. Essa experiência é a essência do bom-senso nacional ao qual nos remete Mauá.

CONTEMPORANEIDADE DO NÃO COETANEO

Já observou alguém que o Brasil é um país no qual se pode estudar a história universal simplesmente viajando do litoral para o interior. A medida que avançamos, instituições similares às que caracterizaram, em outras épocas, os países mais avançados, vão-nos aparecendo, às vezes, vivas e florentes. Houve quem pretendesse também explicar a história do Brasil como importação de formas e culturas estrangeiras, sem atentar para o fato de que realmente vamos cons-

truindo um edificio original e que, se aqui ressurgem institutos de outras eras que a história clássica registra, a única razão disso está em que a história da civilização não é nem milagre nem acaso. Paulatinamente se criam aqui condições semelhantes às que deram origem, em seu tempo, a determinados institutos—se bem que em forma modificada pela coexistência com institutos não coetâneos, pelo menos do ponto de vista da história clássica—e, quando isso acontece, recorreremos ao patrimônio clássico onde o reflexo ideal daqueles institutos está consagrado—na literatura, na ciência e na arte. Nosso trabalho consiste, em grande parte, em combinar essas peças de cultura importadas com outras igualmente importadas mas não coetâneas com elas, em vista da dualidade básica de nossa sociedade, como de nossa economia. Dessa combinação resulta um edificio original.

O trabalho mais egrégio de todos os que levamos a cabo nesse particular foi certamente a estruturação do nosso direito civil. Tínhamos uma sociedade escravista, de sorte que o direito romano exercia sobre nós duplo prestígio, pelo fato de corresponder a uma sociedade também escravista e de ser o repositório mais precioso da técnica do direito, repositório ao qual todos recorrem, ainda hoje. Mas não podíamos aceitar o direito romano tal como está nos documentos, porque nossa economia era, ao mesmo tempo, capitalista. Nossas fazendas de escravos concorriam no mercado mundial com as manufaturas européias, pelos produtos das quais os nossos se trocavam. Tínhamos que desenvolver certos institutos que só em germe existiam no direito romano ou, o que vem a dar no mesmo, tínhamos que combinar o direito romano com o direito comercial contemporâneo. A laboriosa elaboração do nosso Código Civil atesta a dificuldade da tarefa. Faltou-nos a compreensão de que nenhum direito pode reger outra sociedade além daquela que lhe deu origem ou lhe seja em tudo análoga. Se a analogia só se refere a um dos aspectos dos seus institutos, êsse direito terá que ser combinado com outro, correspondente ao outro aspecto e de tal modo que reflita a maneira como a combinação se realiza, no plano da economia.

A DUALIDADE NO DIREITO

O direito, como a economia, deve ser dúplice, e a êsse resultado chegamos pelo conflito entre um direito civil que tende a tudo imobilizar, à semelhança da terra, e um direito comercial que tende a tudo mobilizar, inclusive a própria terra. Ao lado dêsse direito privado, tomando-lhes e transformando-lhes os institutos, abrem passagem ramos novos da árvore, como o direito trabalhista e o que poderíamos chamar de direito comercial *público*, para reger nossas relações econômicas com o mundo exterior. O salariato impõe um direito de pessoas, de coisas, de obrigações, de família e de sucessões, incompatível com o existente, consagrado no Código Civil, que, no entanto, continua válido para aquêl sector da economia caracterizado pela enfiteuse. Por outro lado, ninguém mais pode pretender que a analogia entre uma operação comercial interna e uma operação comercial externa seja suficiente para que as duas possam ser disciplinadas pelas mesmas normas jurídicas, pelo mesmo direito. No primeiro caso, embora o Estado seja parte, trata-se essencialmente de uma operação de direito privado. No segundo, ainda que formalmente praticado entre pessoas de direito privado, a tutela do Estado tem tal amplitude que realmente basta para caracterizar o ato como *público e externo*.

Esse conflito, que o jurista procura conciliar por meio de um esforço puramente lógico, que o conduz a formulações vagas ou falsas, abrindo caminho para a casuística legislativa, na verdade só se concilia na prática que, assim, entra em conflito com a teoria.

A EMPRESA CAPITALISTA COMO DUALIDADE

O reconhecimento da dualidade no que diz respeito a determinado instituto como a fazenda de escravos ou a latifúndio, não apresenta dificuldades especiais, porque o fato é quando óbvio. Mais complexo se torna o problema quando tentamos aplicar o mesmo conceito a institutos como a fábrica brasileira. Ali temos um instituto capitalista, tanto em suas

relações internas quanto em suas relações externas, mas a dualidade perdura porque o mercado capitalista para o qual a fábrica trabalha e da qual tira muitos dos fatores de produção que emprega, é menos capitalista do que a própria fábrica. Esse mercado, embora seja capitalista, se comparado com o latifúndio, comporta-se como feudal, do ponto de vista da fábrica. Assim como certos corpos químicos que se comportam como bases em presença de um ácido e como ácidos em presença de uma base. O mercado nacional é capitalista, mas apenas no sentido em que o mercado francês era capitalista ante da Revolução. Resultava, em grande parte, da concorrência de produtores feudais. Esse capitalismo não é industrial, como o que Smith e Ricardo estudaram, mas *mercantil*. E muitos dos "dogmas" do mercantilismo nos podem ser úteis para a compreensão de certas reações do nosso mercado. Devemos, nesses casos, retornar aos mercantilistas sem nenhum preconceito.

Os termos da antinomia mudam, portanto, ao passarmos de uma estrutura para outra, no espaço ou no tempo, embora perdue a própria antinomia. Certamente esse estado de coisas não é eterno. O desenvolvimento do capitalismo nacional age poderosamente no sentido da homogeneização da economia, mas esse resultado não pode ser alcançado a curto prazo. Assistimos, ao contrário, a um desenvolvimento desigual das diversas partes do país, caracterizando o fenômeno do subdesenvolvimento de umas regiões em relação às outras, o que representa nova fonte de dualidades.

A ECONOMIA NACIONAL COMO DUALIDADE

Embora seja mais fácil surpreender o fato da dualidade no estudo de um instituto particular do que na economia nacional como um todo, é evidente que a sua origem se encontra nas relações externas. Desenvolvendo-se como economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, êle próprio, uma dualidade.

Os termos dessa dualidade se alteram e desde logo podemos assinalar que mudam muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significa estarmos queimando etapas. Nos primeiros quatro séculos de nossa história, vemos um caminho correspondente a, pelo menos, quatro milênios da história européia, do ponto de vista de nossa economia interna, e a mais ainda, se tomarmos por termo de comparação a história asiática.

A rigor, nossa história acompanha *pari passu* a história do capitalismo mundial, fazendo eco às suas vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu a independência e o capitalismo financeiro, a república.

Esboçemos um quadro que resuma em suas linhas mais gerais essa evolução.

Externamente:

1.º — a economia feudal européia, que se pôs em contato conosco por meio do capital mercantil português;

2.º — a economia mercantil (semifeudal) européia que se tornou dominante com a manufatura (especialmente a holandesa do século XVII), que conosco manteve contato, quer por meio do capital mercantil português, quer diretamente (holandeses, franceses e ingleses);

3.º — a economia propriamente capitalista ou industrial, surgida com a revolução inglesa, que só se tornaria dominante em consequência da Revolução Francesa e que, com a Abertura dos Portos, passou a manter contato direto conosco;

4.º — o capitalismo financeiro, forma que se tornou dominante nas últimas décadas do século passado.

Internamente:

1.º — economia comunista primitiva ameríndia;

2.º — consolidação da economia escravista, articulando-se com a economia mundial por meio do capital mercantil estrangeiro, principalmente português;

3.º — aparecimento do capital mercantil nacional, em consequência da Abertura dos Portos e da Independência;

4.º — conversão da economia escravista em economia la-

tifundiária, com a Abolição e a República; aparecimento da indústria e estruturação do mercado nacional como unidade qualitativamente diferente do mercado mundial.

Alguns autores pretendem que o fato de o capitalismo se ter convertido em Portugal em força dominante, com o Mestre de Aviz, basta para caracterizar o capitalismo com o qual entramos em contato como força dominante. Realmente esse não é o caso, porque o capital mercantil português não era característico da economia européia da época. Era—como o hanseático e italiano do período imediatamente anterior—apenas um apêndice capitalista de uma economia essencialmente feudal. Nessa economia começavam a aparecer fulcros de capitalismo, mas não havia ainda um mercado europeu. Este só se definiria com o aparecimento de uma forma nova de produção—a manufatura no sentido estrito—aparecimento esse que teve considerável repercussão no processo de colonização do Brasil. Com efeito, no Brasil, os portugueses não vieram encontrar produtos acabados, prontos para o consumo, como havia acontecido na Índia. Encontraram apenas matérias-primas que só poderiam ser entregues ao consumo depois de elaboradas e por isso o tráfico só se desenvolveu nas nossas costas (pau-brasil) por iniciativa dos manufatureiros flamengos e franceses e, posteriormente, para supri-los.

A estruturação da economia escravista brasileira foi um aspecto do desenvolvimento do capital mercantil e seu desenvolvimento um eco da conversão deste em capital industrial. Como Portugal não tomou parte nesse processo, por não ter superado a fase mercantil, converteu-se em apêndice inútil e parasitário que a história aboliu com a Abertura dos Portos,—o que nos impunha a necessidade de criar um aparelho mercantil para pôr em contato e adequar nossa economia escravista e a economia capitalista da Europa. Assim, primeiro o capital mercantil português e depois o brasileiro representam o mesmo papel que o senhor de escravos e o latifundiário nas relações da fazenda com a economia exterior. Foram, em seu tempo, a figura central do drama.

A FORMAÇÃO DO MERCADO NACIONAL

O aparecimento, no interior da economia nacional, de um capital mercantil foi inovação considerável que implicava em alterar a estrutura da economia brasileira. Estava aí, em germe, o futuro mercado interno brasileiro que, no entanto, só se iria definir com o aparecimento da indústria e de um comércio interno, na medida em que esse capital mercantil deixasse de servir apenas às nossas relações com o mundo exterior e passasse a tornar possível uma crescente divisão interna do trabalho.

A economia nacional, tal como nossa geração a recebeu, não é mais representada, em suas relações com o mundo exterior, pelo latifúndio, mas pelo mercado nacional. Cada dia que passa configura mais nitidamente esse mercado, na medida em que, principalmente pela intervenção do Estado na economia e pelas dificuldades cambiais, os preços dos bens e serviços, que são objeto do comércio externo, inclusive o capital, passam a ser responsabilidade de toda a economia nacional e não apenas do produtor direto.

O ESTADO E O COMÉRCIO EXTERIOR

Em nossos dias, o comércio exterior é cada vez mais assunto público e não privado, aqui como por toda parte. Tal fato implica o aparecimento de novo personagem central (em substituição ao aparelho mercantil brasileiro surgido com a Abertura dos Portos), que só pode ser o Estado, como condição para que o capitalismo privado possa continuar a desenvolver-se no interior da economia. A falta de tal personagem, indispensável para adaptar duas economias heterogêneas, levou-nos a uma intervenção pública nos assuntos privados, no interior da economia, que hoje tropeça em decidida resistência de todas as forças conservadoras.

Os termos da dualidade, no campo das relações econômicas externas, são, atualmente, os seguintes:

1.º — Um mercado internacional essencialmente público e monopolista.

2.º — Um mercado nacional que não pode desenvolver-se senão como privado e liberal.
Os problemas de adequação dêesses dois mercados são objeto de outro capítulo dêeste estudo.

A DINAMICA DAS MUDANÇAS

Admitindo-se que a substituição de uma estrutura sócio-econômica por outra não seja arbitrária, mas resulte, essencialmente, do desenvolvimento das forças produtivas, obrigadas a quebrar o invólucro no interior do qual se desenvolveram até determinado momento, a caracterização corolário, a brasileira como dualidade comporta importante corolário, a saber: *que o aspecto interno e o externo podem envelhecer em momentos diferentes ou, noutros têrmos, que a substituição de uma estrutura por outra não se processará obrigatoriamente no campo interno e no externo ao mesmo tempo.*

Com efeito, o estrangulamento da produção pode ocorrer por motivos endógenos ou exógenos. Em dado momento, muito embora o mercado mundial ofereça oportunidade e estímulo ao desenvolvimento de nossa produção e o aparelho existente possa propiciar um comércio muito maior e melhor, podemos entrar em crise pelo fato de estar nossa produção organizada de forma a não permitir essa expansão. Ao contrário, a estrutura interna pode revelar-se capaz de viabilizar e permitir expansão muito maior, mas as relações econômicas externas—quer por causa de deficiência do nosso aparelho comercial, quer por força de condições insatisfatórias, para nós, no mercado mundial—serem tais que impeçam o desenvolvimento ulterior.

Nos dois casos, o resultado será sempre o mesmo: uma crise profunda e aguda que não se poderá resolver senão à custa de mudanças estruturais. Mas, um exame pormenorizado se faz mister, porque, se a insuficiência estiver nas relações internas—como na crise que teve seu desfecho na Abolição e na República—a reforma de estrutura terá que se processar necessariamente aí. Inversamente, no caso de residir a insuficiência nas relações externas,

Uma definição correta do problema, tendo em vista êsse corolário, deve pois preceder e instruir qualquer programação ou planejamento tendente a corrigir insuficiências estruturais ou crises de regime.

HETERONOMIA NA PROGRAMAÇÃO

Êsse corolário permite deduzir um ensinamento de valor prático evidente: *é absurdo exigir coerência de princípio nos programas visando à economia nacional como um todo.* Sendo heteronômicos em sua natureza, o aspecto interno e o externo da economia, suas respectivas insuficiências devem, por força, reclamar remédios diferentes. Um programa poderá ser correto e oportuno, por exemplo, se reclamar, ao mesmo tempo, o liberalismo e o intervencionismo estatal, em um e outro campo, respectivamente.

Aquêles que quiserem orientar-se entre as diversas correntes e tendências do seu tempo, para situá-las como “programistas ou retrógradas”, devem primeiramente formular opinião sôbre a natureza da crise—se ela parte das relações internas de produção ou das externas. Não envelhecendo as duas ordens de relações de produção simultâneamente, a crise de estrutura, se existe, pode estar neste ou naquele aspecto.

De posse dêesse critério, podemos definir como progressista ou revolucionário o programa que propuser a reforma estrutural do setor caduco, mesmo que proponha medidas ultraconservadoras para o outro setor, também em crise, mas em crise reflexa.

Por exemplo, admitindo-se que esteja atualmente caduco o processo pelo qual estabelecemos relações econômicas com o estrangeiro—nossas relações externas de produção—será revolucionário o programa que conservar o “status quo” nesse setor, embora reclame, ao mesmo tempo, reformas estruturais internas profundas, como reforma agrária sem indenização ou socialização dos meios de produção.

A ESTRUTURA ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tal como a podemos atualmente estudar, a economia brasileira, à semelhança de uma formação geológica, apresenta três camadas ou *strata* claramente discerníveis:

- a) A economia natural pré-capitalista, na qual predomina a produção direta ou para autoconsumo, característica da chamada "lavoura de subsistência", nos quadros institucionais do latifúndio, economia que, em forma residual, sobrevive ainda nas cidades, especialmente nas médias e pequenas, na forma dos chamados "serviços domésticos". Um cômputo cuidadoso revelará que essa atividade estranha ao mercado ocupa ainda a maior parte do tempo de trabalho nacional, em condições de produtividade muito baixas.
- b) A economia de mercado capitalista, dominante na indústria, nos serviços (transportes, comércio, govêrno) e na agricultura comercial, especialmente a grande "plantation" voltada seja para o mercado externo, seja para o interno. Este é o setor mais dinâmico da economia nacional, em torno do qual tôda ela se ordena. Não obstante, ocupa uma parcela relativamente pequena do tempo de trabalho nacional total. Representa entre nós o capitalismo estilo século XIX.
- c) O comércio externo ou "setor resto do mundo", isto é, o aparelho que põe em contato a economia nacional com o resto do mundo. Abrange o comércio exterior propriamente dito e também certas atividades especiais em que os fatores estrangeiros intervêm como elemento dominante (notadamente o capital estrangeiro). Em tempos essas atividades contribuíam substancialmente o emprego de uma técnica qualitativamente diferente da que domina no setor da economia de mercado nacional. Todo êsse setor tende a revestir ou já reveste a forma jurídica de serviço de utilidade pública. Aqui se emprega uma parcela mínima do tempo de trabalho nacional. Essas três formações se opõem duas a duas, dando origem a duas dualidades diferentes. Os processos resultantes conduzem a uma transferência de elementos, no sentido geral seguinte:
a) e b) — O setor a tende a abandonar certas atividades

das agrícolas (atividades manufatureiras da agricultura e dos serviços domésticos) e a transferi-las, juntamente com a mão-de-obra (e o capital) que ocupavam, para o setor b.

b) e c) — O setor b empreende a produção de bens e serviços antes importados (substituição de importações), pelo emprego do tempo de trabalho correspondente ao aumento da produtividade da mão-de-obra trazida do setor a.

O motor primário do desenvolvimento está na crise que tem lugar no campo desta última dualidade, isto é, entre os setores b e c. Essa crise se manifesta por uma contração absoluta ou relativa da capacidade para importar do país, provocando um esforço de substituição de importações que, pelo fato de realizar-se por meio do setor b, isto é, em condições capitalistas, pelas inversões a que induz, põe em marcha um processo de desenvolvimento econômico. (6)

(6) Este tema é retomado em "Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro", do autor.

ABERTURA DOS PORTOS — INDEPENDÊNCIA

O cataclismo político que mudou de alto a baixo a estrutura da sociedade européia—e, portanto, mundial—em fins do século XVIII e princípios do XIX, também conhecido pelo seu acontecimento mais marcante, a Revolução Francesa, repercutiu no Brasil de maneira singular. Tivemos aqui uma revolução pelo meio, não obstante o radicalismo dos seus pró-homens: a Abertura dos Portos e a Independência.

É certo que os primeiros movimentos revolucionários sérios, especialmente a Revolução de 1817, tinham um programa total: perseguiam a independência, a abolição e a república. Mas, com José Bonifácio, metade do programa teve que ser abandonada, limitando-nos à outra metade.

O PROGRAMA DE 1817

Examinando as reivindicações dos homens de 17, podemos hoje classificá-las em dois grupos: o de reivindicações tendentes a mudar nossas relações internas de produção—**Abolição e República**—, e o de tendentes a mudar as relações ~~externas~~—o modo de comerciar com o mundo exterior e o estatuto político do país. Em 22, porém, ultimávamos a mudança de estrutura de nossas relações econômicas com o exterior, iniciada com a Abertura dos Portos, e instituíamos a monarquia. A escravidão se consolidava e a república ficava para depois.

Apesar disso, a escravidão também estivera em crise. A ~~escravidão~~ se revoltava nas fazendas, cujo valor baixava. Os ~~melhores~~ cérebros do país reclamavam a modificação de ~~nossas~~ relações internas de produção. As idéias de liberdade e república andavam no ar e muitos homens morriam por

elas. Parecia, pois, que o edifício social brasileiro estava para desabar, como, aliás, ocorrera na Europa e estava, nessa mesma época, acontecendo nos Estados Unidos, ao menos no Norte.

A ESCRAVIDÃO SE CONSOLIDA

A história provou, porém, que essa visão era falsa. A escravidão ainda era, no Brasil, instituto muito sólido e capaz de progresso, desde que nossas relações externas de produção mudassem, ajustando-se às condições que se criavam no mundo exterior.

Nossa economia nascera como um complemento da economia européia, que era uma economia feudal, na época da descoberta. É verdade que entre essa economia feudal e o Brasil pós-cabralino interpunha-se uma economia de outro tipo—de tipo capitalista, embora representativa do primeiro degrau da escala do desenvolvimento do capitalismo, isto é, de tipo mercantil. Mas essa economia capitalista não era característica da Europa de então, que continuava fundamentalmente feudal, embora criasse para seu próprio serviço apêndices capitalistas, como as cidades italianas e hanseáticas, e, mais tarde, as nações ibéricas, especialmente Portugal.

Além da economia feudal, havia, pois, o comunismo primitivo dos índios e dos negros africanos que mais tarde seriam trazidos para cá. Essa combinação não podia durar. Paulatinamente, foi-se estruturando uma sociedade de tipo novo que a história não conhecia: sociedade baseada numa combinação do comércio com a escravidão. O capital comercial, nas condições do feudalismo, estava suscitando, por essa época, na Europa, um tipo novo de organização da produção, a manufatura, pela subordinação ao seu comando dos artesãos individuais. Dêste lado do Oceano, suscitava formas igualmente novas de organização da produção, de acordo com as circunstâncias. Onde a população nativa atingira certo grau de desenvolvimento, mostrando-se capaz de praticar uma agricultura estável, limitava-se a controlar a terra, pois esta lhe bastava para garantir o controle sobre a popu-

lação. Onde, como aqui, a população nativa era ainda muito primitiva, não havendo estrutura social estável ou hábitos de trabalho arraigados, a própria experiência importava, aos poucos, relações de produção ainda mais primitivas, isto é, a escravidão.

Assim, mesmo nas condições do feudalismo, o capital comercial remodelava, aos poucos, toda a estrutura social da humanidade, abrindo caminho para novas formas de produção. Na Europa, a manufatura se sistematizava e preparava o terreno para a indústria e, por toda parte, iniciava-se violento processo de renovação da economia, elevando vertiginosamente a produtividade do trabalho.

Tanto a fazenda de escravos brasileira, cubana, colombiana ou norte-americana, quanto os latifúndios mexicanos do século XVII, eram, do ponto de vista de suas relações com o mundo exterior, *empresas comerciais* de tipo novo, no mesmo título que as manufaturas holandesas.

Gradualmente, sobretudo na Inglaterra do século XVIII, mas um pouco por toda parte, até mesmo nas solidões da Rússia, a manufatura se modificava, à medida que os instrumentos individuais dos artesãos eram, sob o impulso da divisão do trabalho, substituídos por instrumentos de tipo original, coletivo, a saber, as máquinas. Externamente, nada mudara, mas no interior se criava uma realidade inteiramente nova, que suscitava formas muito mais poderosas de organização do trabalho humano. As novas forças assim suscitadas em breve emergiriam dominantes, em consequência do abalo causado pela Revolução Francesa, que preparara o terreno para a hegemonia inglesa.

O mercado europeu mudava de conteúdo, tornando-se capitalista. O capitalismo que, na forma de mercantilismo, havia sido mero instrumento a serviço de uma economia feudal, emergia como a forma dominante e revolucionava toda a economia mundial, segundo seus interesses e não mais segundo interesses alheios.

Em princípios do século passado, porém, esse movimento mal começava. As formas de produção mercantil que ha-

viam surgido pelo mundo, no período anterior, eram ainda capazes de desenvolvimento, desde que se cumprissem certas condições, no campo das relações com o exterior. A escravidão brasileira era uma dessas formas.

Os engenhos de açúcar pernambucanos eram ainda uma forma relativamente eficiente de produção e bastavam para suprir as necessidades do mercado europeu. No sul dos Estados Unidos, as fazendas de escravos bastavam para suprir a Europa de algodão. O problema consistia, pois, em modificar as relações dessas formas de produção com o mercado europeu, ou, em outras palavras, só *estavam realmente em crise nossas relações externas de produção*. Essa realidade se impôs afinal, ignorando o idealismo dos nossos revolucionários que, inspirados por ideais que refletiam uma realidade muito diferente da nossa, tentavam, como Tiradentes e Miguelinho, resolver problemas que a história ainda não havia formulado.

ADVENTO DO CAPITAL MERCANTIL BRASILEIRO

Antes da mudança da Corte portuguesa para o Brasil, nosso comércio com a Europa se fazia por intermédio de Portugal, pois as tentativas holandesas, inglesas e francesas de estabelecer aqui pontos de apoio para o comércio direto haviam malogrado. O capital mercantil português especializava-se em criar as únicas "manufaturas" que nossas condições permitiam, as fazendas de escravos, enquanto o capital mercantil holandês, francês e inglês se dedicara à criação do outro tipo de manufaturas—de onde mais tarde sairiam as fábricas—estabelecendo-se, assim, aos poucos uma divisão do trabalho entre eles. Todavia, com a vitória da revolução burguesa, a situação se modificava e Portugal e Espanha se tornavam intermediário inútil, caro e incômodo, tanto para nós quanto para nossa freguesia européia.

Com o temporário impedimento de Portugal e com a mudança da Corte para o Brasil, foi mister estabelecer contatos diretos com o novo e vigoroso mercado europeu e,

para isso, dar início à montagem, aqui, de um aparelhamento comercial capaz de permitir o comércio com a Europa. Ora, uma vez montado em suas peças principais, esse aparelho resistiria inevitavelmente à própria destruição, quando, com a restauração e a consolidação da independência portuguesa, se quisesse restabelecer igualmente a situação anterior. Esse restabelecimento, que não convinha aos nossos fregueses europeus, tampouco interessava aos detentores da máquina comercial recém-construída e aos nossos senhores de escravos, porque a nova situação permitia um comércio muito mais lucrativo e capaz de expansão que o antigo.

COMÉRCIO EXTERIOR E FAZENDA DE ESCRAVOS

É certo que as estatísticas revelam considerável declínio no valor do nosso comércio externo, e nos preços, no período compreendido entre 1750 e 1850. Mas esses dados devem ser vistos à luz de duas circunstâncias que nos permitem interpretá-los adequadamente: em primeiro lugar, o tráfico negreiro, que implicava importante corrente de exportações para a África, notadamente de aguardente; em segundo, a mudança de estrutura de nossas exportações, cuja ênfase se desloca da mineração para a agricultura.

Este fato é de grande relevância, porque a exploração agrícola, comparativamente ao garimpo, apresenta a possibilidade de permitir o aparecimento, ao lado da produção diretamente orientada para a exportação, de numerosas atividades encaminhadas para o autoconsumo, tornando a fazenda agrícola muito mais autosuficiente do que a exploração mineira.

Assim se explica o paradoxo de uma visível expansão da economia brasileira nesse período, nas condições de um comércio exterior "decadente", pois, muito mais importante que o número de libras esterlinas *per capita*, de que falam as estatísticas de exportação, era a reorganização interna da economia que a reorientação do comércio externo permitia. Portugal, não tendo manufaturas, não podia explorar suas colônias diretamente, pela elaboração das matérias-primas

que delas trazia. Tinha que vendê-las a quem o pudesse fazer, para obter dinheiro, ouro, em troca. Ora, nas condições do século XVIII, uma mina de ouro já era uma fábrica de dinheiro, de modo que a política da coroa era converter a colônia em mina única, em uma só "casa da moeda".

A Inglaterra, ao contrário, retirava seus principais lucros da elaboração das matérias-primas coloniais, de modo que sua política era converter as áreas dependentes em enormes "plantations", produtoras dessas matérias-primas e de alimentos para a mão-de-obra que as manufaturas drenavam dos campos.

Para nós, tal política significava estímulo à reorganização da produção interna em condições propícias ao desenvolvimento de uma vigorosa auto-suficiência da fazenda, baseada na produção variada para o autoconsumo, o que é quase impossível no garimpo.

A essa mudança microeconômica correspondia, macroeconomicamente, o que hoje chamariamos de queda da participação do setor "resto do mundo" na renda nacional, isto é, redistribuição da atividade produtiva, menos para a exportação e mais para o consumo interno. Havia, pois, um vigoroso movimento de substituição de importações no âmbito da fazenda de escravos. Esta era uma estrutura ideal para tal reestruturação e ainda se passariam várias décadas antes que a história lhe propusesse problemas que ela não poderia resolver.

O BRASIL E O SEGUNDO KONDRATIEFF

Com a abolição das "corn laws" e a vitória do liberalismo econômico, estabelecer-se-ia, entre os países industriais e os agrícolas, uma divisão de trabalho muito mais profunda, que exigiria dos segundos, não somente considerável aumento da produção mas também a ampliação do mercado. Tais circunstâncias determinaram o início da crise final da escravidão. Essa crise foi o eco brasileiro ao 2º "grande ciclo", ou ciclo de Kondratieff.

Hoje, numa época em que o capital comercial não apenas está montado no Brasil como é superabundante e desborda para a montagem do parque industrial e a remodelação da agricultura, pode parecer tarefa de sobremesa essa que nos atribuímos com a Abertura dos Portos e a Independência, mas a verdade é que, vista na justa perspectiva histórica, essa realização foi prova de singular energia para um país pobre, sem mercado e cujo principal capital era ainda o próprio escravo, cuja ampliação exigia igualmente fortes investimentos. Montar o capital comercial de um país implica criar moeda, construir portos, formar quadros, abrir vias de comunicação, acumular riqueza monetária considerável e, sobretudo, lançar as bases de um verdadeiro mercado nacional.

As peças principais de que se constituiu o arcabouço mercantil brasileiro,—à cuja sombra se iria desenvolver nossa economia, pois sem ele a fazenda de escravos, unidade básica da economia, ficaria isolada do mundo e regressaria, perdendo o seu caráter mercantil—, foram naturalmente trazidas do estrangeiro. Firmsas inglesas e portuguesas aqui se criaram, a princípio como simples agências, especialmente as inglesas, e, depois, como parte integrante de nossa economia. Essas firmsas foram nossa escola—da qual saiu, inclusive, Mauá.

Três ou quatro décadas após a Independência, porém, esse arcabouço estava montado em todas as suas peças, e a economia nacional começava a gerar um excedente de recursos—e a atraí-los de outros países—que não mais teriam aplicação razoável nem numa agricultura como a que tinhamos, presa à escravidão e, conseqüentemente, incapaz de grau maior de capitalização, nem num comércio adstrito, em última análise, a essa agricultura. A economia nacional seria, pois, levada a um beco sem saída, de onde tentaria escapar criando um embrião de indústria e, sobretudo, lançando-se a aventuras imperialistas.

Mas tudo isso era futuro imprevisível para os homens de 1808 e 1822. A necessidade imediata era mudar nossas relações externas de produção, criar um comércio internacional de novo tipo e, para isso, dotar o país de estrutura política

adequada, quer dizer, torná-lo independente de Portugal. A própria crise que as dificuldades do comércio externo gerava na economia interna, sufocando a produção da fazenda de escravos, gerando o descontentamento de escravos e senhores, não passava de reflexo, que empalideceria com o desaparecimento da causa principal.

O SENTIDO DA REFORMA POLITICA

Merece atenção especial o problema que consiste em saber porque não nos tornamos uma república, à maneira dos outros países latino-americanos que também conquistavam, nessa época, a independência. E porque, para nos tornarmos independentes de Portugal, pusemos a coroa do Brasil na cabeça de um príncipe português. O assunto talvez pareça de somenos, mas seu estudo pode lançar muita luz em certas características essenciais do nosso desenvolvimento.

No estudo desses problemas devemos—como sempre que abordarmos um problema brasileiro—distinguir as causas internas e as externas, que refletem aspectos diferentes de nosso ser nacional. Das causas externas dessa diferença de comportamento, relativamente aos outros países latino-americanos de história aparentemente paralela, devemos destacar o fato de que embora no Brasil, como naqueles países, a função principal do movimento fôsse mudar o caráter das relações de nossas economias com a economia mundial, especialmente a européia, isto é, criar o arcabouço comercial próprio, a Coroa de Espanha jamais estêve tão identificada com o comércio quanto a portuguesa. A monarquia espanhola, essencialmente feudal, sempre estêve a serviço do feudalismo, ao passo que, desde D. João I, os reis de Portugal foram, acima de tudo, comerciantes a serviço de uma economia assente no comércio. Até nossa independência, os reis de Portugal sempre foram os chefes naturais da comunidade de comerciantes, sendo portanto natural que, num país em que o novo arcabouço comercial era, afinal, composto essencialmente de capitais e quadros portugueses e, em si mesmo, parte destacada do velho

aparelho comercial lusitano, fôsse escolhido um príncipe português para rei.

Mas, ao lado dessa causa de ordem externa, é mister considerar o fato de que os países surgidos da América espanhola eram, já então, muito mais latifundiários que escravistas, embora houvesse escravidão desenvolvida em alguns deles. Ora, como estudaremos com mais pormenores em outro capítulo, (7) a escravidão difere essencialmente do latifúndio pelo fato de, na primeira, o “capital” fundamental, aquele no qual se subordinam todos os outros capitais, ser o escravo—um bem móvel por excelência, ou “semovente”, como então se dizia—, e, no segundo, êsse “capital” essencial ser o solo, protótipo da riqueza imóvel. Segue-se daí que a circulação do capital num regime caracterizado pela escravidão em geral, e, especialmente, por uma escravidão de tipo novo, isto é, igualmente capitalista, tende a ser muito mais intensa que nos países do feudalismo, mesmo que se trate de um feudalismo igualmente capitalista, como o surgido na América, na forma do latifúndio.

Ora, a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas políticas *unitárias*, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no *federalismo*. Não será certamente estranho a isso o fato de ter a Antiguidade conhecido estados imperiais muito mais amplos e extensos—como o Império Romano—do que a Idade Média. E que a Antiguidade foi escravista, ao passo que a Idade Média foi feudal—regime onde o próprio homem se prende à terra e se torna tão imóvel quanto ela.

O fato é que os outros países latino-americanos tenderam espontaneamente para a república federal, mesmo onde êste último caráter não figura em texto de lei, ao passo que o Brasil se fêz monárquico e unitário. Como contraprova, temos o fato de que quando o Brasil, por sua vez, se tornou latifundiário, com a abolição da servidão, tornou-se, igualmente, republicano e federalista, o que a seguir estudaremos.

(7) Abolição — República.

ABOLIÇÃO — REPÚBLICA

Se a Abertura dos Portos e a Independência foram meia revolução, pois modificaram apenas nossas relações externas de produção, a Abolição e a República foram a outra metade da revolução porque alteraram as relações internas que caracterizavam o regime herdado do período colonial. Só em 1889, portanto, encerramos o ciclo iniciado em 1808, versão brasileira da revolução democrático-burguesa na Europa.

O regime oriundo do movimento da Independência entrou em declínio desde o momento em que se concluiu sua consolidação. O Império escravista havia assegurado a unidade nacional, sufocando vários movimentos mais ou menos abertamente secessionistas e republicanos, quando a economia européia entrava em novo ciclo, e, com a abolição das "corn laws" britânicas, dividia o mundo em regiões industriais e agrícolas, o que teve lugar na década de 40, pouco depois da Maioridade. A nova divisão mundial do trabalho que então se iniciava, iria exigir de nós um esforço que nossa estrutura interna se revelaria, finalmente, incapaz de suportar.

AUMENTO DA CAPACIDADE PARA IMPORTAR

O suprimento de quantidades crescentes de matérias-primas para a indústria européia, que se desenvolvia continuamente em superfície e profundidade, e de alimentos para as cidades que cresciam rapidamente, enquanto nos principais países industriais, especialmente na Inglaterra, o mais importante de todos, a agricultura e a produção primária declinavam,—salvo certos setores que devem, a rigor, ser considerados como industriais, como a mineração do carvão—, reclamaria de nós um tipo de produção mais capaz de aumen-

tar o rendimento e mais "aberto" do que a fazenda de escravos.

Se, num período de declínio quantitativo do comércio exterior, convinha ao Brasil uma forma de organização da produção que, na produção para o autoconsumo, absorvesse parcela maior das forças produtivas nacionais, nas condições de expansão do comércio exterior, conviria uma estrutura mais "aberta", isto é, de unidades produtivas menos auto-suficientes e mais voltadas para o mercado. Assim, a consolidação da escravidão coincidiu com a curva descendente do primeiro Kondratieff (8) e o ingresso da economia mundial no segundo "longo ciclo" acarretaria a decomposição da mesma estrutura. (9)

Se, no período colonial, quando a escravidão ainda se consolidava, a terra era, neste país imenso, um bem de nenhum valor, que se dava a quem tivesse "escravos e gados para povoá-la" (10), agora a situação começava a modificar-se e, gradualmente, o monopólio dêsse fator de produção tenderia a tornar-se mais importante que a propriedade dos braços para trabalhá-lo, mesmo porque quem o detivesse teria igualmente o outro, tão logo fôsse "liberto".

ES CRAVIDAO E LATIFUNDIO

O latifúndio não tinha necessidade, para firmar-se e expandir-se, de chocar-se com a escravidão desde o primeiro momento. Havia, além da escravaria negra, numerosa população branca, índia e mestiça, juridicamente livre, no sentido de que não era propriedade privada de ninguém, que não tinha lugar na vida nos quadros fechados da escravidão, e

(8) "Business Cycles", J. Schumpeter, vol. cap. VI e VII.

(9) "A Caracterização do Desenvolvimento Econômico no Brasil", cit.

(10) "A mente de S. Majestade, diz um governador, parece dar preferência (para a concessão de terras) entre tódas as classes de pessoas aos lavradores e estancieiros, cabeças de casal que tiverem maior quantidade de escravos e gados para povoar os sobreditos terrenos"—Citado por Oliveira Viana, in "Evolução do Povo Brasileiro", seg. Caio Prado Jr., in "Evolução Política do Brasil", pág. 21.

que, portanto, estava disponível para "agregar-se" a quem dispusesse de terras e carecesse de braços para amanhá-la. O comércio, a função pública e o pouco de indústria existente bantaram, a princípio, para absorver os excedentes dessa população, mas a economia do país tendia, como reflexo do movimento começado com as "corn laws", a tornar-se ainda mais agrícola do que era—como o atesta o colapso do esforço de industrialização então ensaiado—e, sobretudo, tendia a tornar-se mais monoculturista do que antes.

A fazenda de escravos, com efeito, era uma economia muito mais fechada do que o latifúndio. Precisava atender, com sua própria produção, a tóda uma extensa gama de necessidades de seus membros, de tal sorte que os excedentes levados ao mercado eram inevitavelmente reduzidos. Tal circunstância representava um obstáculo à especialização que, como quase sempre, era condição para o aumento da produtividade do trabalho. Essa estrutura, embora fôsse conveniente, do ponto de vista do mercado europeu, nas primeiras etapas da Revolução Industrial, gradualmente se revelaria incompatível com êle. As necessidades do comércio exterior, para o qual o hemiciclo Abertura dos Portos e Independência não havia preparado, exigiam uma estrutura agrária mais produtiva, mais dinâmica e mais mercantil—o que, nas condições concretas, queria dizer mais monoculturista. Essa nova estrutura era o latifúndio.

O latifúndio não é um instituto puramente feudal—como a nossa escravidão não era um instituto puramente escravista. Assim como a fazenda de escravos foi a versão brasileira da manufatura flamenga do século XVII, o latifúndio seria a versão brasileira da fábrica inglesa do século XIX. Ambos os institutos são também capitalistas, de modo que a êles se aplicam tódas as normas que regem uma economia capitalista.

O PROBLEMA DO CAPITAL FIXO

A partir do momento em que se torna possível fazer o homem trabalhar sem que seja propriedade do senhor, a

fazenda de escravos, comparada ao latifúndio, se converte em empreendimento de *pequena rentabilidade* porque exige considerável investimento na compra de trabalhadores, o que, para o latifúndio, é gratuito ou quase. Para o mesmo lucro final, em cifras absolutas, o latifúndio permite uma *taxa de lucro* mais elevada, isto é, apresenta maior rentabilidade. A passagem de um sistema para outro implica, conseqüentemente, considerável liberação de recursos para certos investimentos fixos, possibilitando, portanto, aplicações de outra natureza.

O latifúndio, porém, não começou a desenvolver-se pela agricultura. Começou—como a própria escravidão começara, e está acontecendo, em nossos dias, com a transformação do latifúndio em economia capitalista avançada, do tipo “junker”—pela pecuária. Esta exige muito mais terras do que a agricultura, o que empresta a êsse fator maior peso no cômputo dos fatores de produção, razão pela qual, nesse setor, antes que nos demais, pôde aparecer como o “capital” fundamental. É sabido que as regiões de pecuária extensiva, como o sertão árido do Nordeste e o Rio Grande do Sul, se fizeram latifundistas muito antes das zonas propriamente agrícolas. Gradualmente, porém, o latifúndio se iria insinuando pelos poros da economia agrária do país, à medida que, sob o incentivo do comércio externo, a produção se especializava em monocultura, enfraquecendo-se os laços que prendiam à comunidade natural escravista os seus membros e fortalecendo-se os laços que os prendiam ao mercado.

A passagem da escravidão para o latifúndio é, portanto, um processo de criação de mercado. Produzir mais algodão e mandá-lo para Manchester, e receber de Manchester o “manapolão”—ao invés de produzir menos algodão e tecê-lo no interior da própria fazenda—eis a essência do processo. Simultaneamente se ampliava o mercado para Manchester e para a fazenda.

A Guerra de Secessão nos E.U.A., excluindo por vários anos essa fonte de suprimento de algodão para a indústria européia, representou certamente extraordinário impulso

a esse processo. Os altos preços do algodão criaram condições propícias à monocultura no interior da própria fazenda de escravos que, no entanto, quando o Mississipi voltou a vender algodão em quantidade e condições ainda mais favoráveis, não pôde nem voltar à antiga produção natural, nem suportar a concorrência, principalmente pela inelasticidade do tipo de aplicação que representa e que caracterizamos acima, no caso que o latifúndio, livre dos encargos que acarreta um investimento fixo de tamanho vulto como a compra de escravos, ajustava-se muito melhor à situação.

A transição da economia nacional da escravidão para o latifúndio representava portanto:

- a) um processo de desenvolvimento das forças produtivas, por via da especialização (monocultura);
 - b) um processo de ampliação do mercado, respondendo a idêntico movimento no exterior;
 - c) um modo de aliviar a produção do que hoje chamamos de “falsos custos”, implícitos em um considerável investimento fixo, tornado desnecessário.
- Significava, pois, extraordinário progresso.

O ESQUEMA TRIANGULAR DO COMÉRCIO

A Guerra de Secessão teve ainda outro efeito em nossa economia, ao provocar a enorme expansão do mercado norte-americano, num momento em que o desenvolvimento da indústria européia começava a esmorecer, o que acarretava igualmente uma restrição do mercado aos nossos produtos e o início de um surto considerável de exportação de capitais com vistas ao mercado norte-americano. O Brasil, que se desenvolvera, até então, essencialmente como complemento secundário da indústria européia, apareceria como supridor do mercado norte-americano e, nessa condição, propício campo de investimento para capitais europeus. Esboçava-se o que chegou aos nossos dias com o nome de “comércio triangular”, agora desfeito, uma vez que os próprios Estados Unidos passaram de importadores a exportadores de capital.

O capitalismo europeu mudava novamente de sentido em virtude do aparecimento do capital financeiro—resultado da fusão do capital industrial e do bancário—como força dominante. Tal fato nos impunha uma remodelação de nossa economia, para torná-la propícia aos investimentos europeus. Era preciso que a fazenda brasileira se convertesse em empreendimento mais rentável do que a fazenda de escravos, e já vimos, em linhas gerais, em que consistia essa reclamação.

A essência do processo, que então se iniciava, pode ser esquematizada da seguinte maneira:

- a) capitais ingleses se aplicam no Brasil, principalmente em transportes, crédito e certos serviços públicos, para propiciar a expansão da produção de café;
- b) exportando café, mantemos com os E.U.A. uma balança de contas favorável;
- c) com o saldo dessa balança de contas, remuneramos o capital europeu.

Ora, nossas relações externas de produção eram perfeitamente capazes de comportar esse processo. Tínhamos um arcabouço comercial desenvolvido, a unidade política do país estava assegurada, o mercado nacional organizado com uma só moeda. Apenas nossas relações internas de produção e a estrutura jurídica e política do país, não correspondiam à aventura a que, como nação, nos teríamos forçosamente que lançar. Era preciso ultimar o ciclo revolucionário iniciado em 1808.

MONARQUIA E REPÚBLICA - FEDERAÇÃO E UNIDADE

O regime imperial era escravista, unitário e monarquista, ao passo que as forças sociais em expansão, consubstanciadas no latifúndio, reivindicavam a abolição da escravatura, para desembaraçar a produção de "falsos custos" desnecessários; a federação, para atender a uma exigência inseparável do feudalismo, onde quer que se apresente, de exclusivismo regional, em vista do caráter imobiliário que atribui a todos os fatores de produção, ao subordiná-los ao solo; e, como a

monarquia escravista jamais poderia atender a essas exigências, o latifúndio e todas as forças progressistas do país teriam, afinal, que reclamar a república como única solução possível. A monarquia escravista e unitária tinha, portanto, que ser substituída pela república latifundista e federal.

Tal programa não chegou a ser formulado com essa clareza nem ao tornar-se vitorioso. De acordo com as circunstâncias, as forças políticas mais avançadas levantavam os "binários" (11) abolição-república e federação-república. A república era o termo comum, exprimindo o grau de amadurecimento da campanha e a exaltação dos espíritos, ante a resistência, ora formal, ora disfarçada, do regime.

Esboçamos acima os fundamentos econômicos do movimento abolicionista. A considerável carga emotiva que o caracterizou mostra que nele residia o ponto nevrálgico da questão, muito embora as nossas razões profundas para reclamar a libertação dos cativos viessem disfarçadas em roupagens estrangeiras.

PSEUDOMORFOSE E DUALIDADE

Essas roupagens têm induzido a erro mais de um observador perspicaz, levando à conclusão de que a abolição—como outros movimentos—nenhuma relação apresentava com os interesses profundos da economia brasileira, sendo uma exigência artificial, resultante da absorção mal digerida de idéias exóticas, isto é, uma "pseudomorfose". As palavras, os argumentos, com os quais propagamos a idéia da abolição, não eram, com efeito, nossos. Exprimiam uma peça de cultura importada. Mas a experiência cotidiana demonstra que nem todas as idéias são capazes de, em dado momento, desencadear a tempestade emotiva que a abolição provocou. Os interesses ascendentes e decisivos da economia nacional vestiram-se de roupagens libertárias, mas poderiam também ter procurado no patrimônio universal da cultura outras roupagens, se outros fossem esses interesses. A cultura clássica

(11) "O Ocaso do Império", Oliveira Viana.

está cheia de obras-primas em louvor da escravidão, do seu bucolismo, do seu naturalismo. Assim, se as roupagens não eram nossas, nossas eram, incontestavelmente, as idéias, e nossa foi, sobretudo, a escolha entre as diversas roupagens.

IDEIAS PROPRIAS COM ROUPAGENS ALHEIAS

A luta entre o unitarismo e o federalismo demonstra ainda mais claramente o modo como exprimimos nossos interesses reais e profundos através de idéias feitas, tomadas a outrem. A história do Estado é um alternar de concentração e descentralização. Antes do aparecimento do que hoje chamamos de Nação, o poder ora se dispersou pelas partes do organismo social, ora se acumulou todo no centro. Mas, em geral, a história aponta brilhantes exemplos de Estados impeciais sólidos e duráveis, onde a escravidão é a base econômica do regime, ao passo que os impérios feudais, tanto na Europa quanto na Ásia, sempre foram edifícios precários e transitórios, divididos por intermináveis lutas intestinas. O feudalismo, apesar de ser uma estrutura social incontestavelmente superior ao escravismo, jamais criou um edifício como o Império Romano.

A razão disso já foi apontada, e consiste em que o fator decisivo no controle da produção é essencialmente móvel na escravidão e essencialmente imóvel no feudalismo. A escravidão, em qualquer de suas formas, mistura os povos, transfere facilmente os fatores de riqueza de um lado para outro, soldando tudo numa peça única, ao passo que o feudalismo, também em qualquer de suas formas, tende a imobilizar esses fatores, ao prendê-los à terra. No primeiro caso, temos a tendência ao universalismo; no segundo, ao exclusivismo regional.

A lingüística nos dá brilhante exemplo disso: O Império Romano submergiu dezenas de línguas sob a gramática e o léxico fundamental do latim, ao passo que a Idade Média dissolveu a língua única em centenas de línguas e dialetos.

Ora, o processo fundamental, em marcha no seio da so-

ciudad brasileira, na época do ocaso do Império, era precisamente a substituição, como peça essencial de nossa estrutura econômica, da escravidão pelo latifúndio, isto é, de um instituto misto escravista-capitalista, por outro instituto misto, feudal-capitalista. Todavia, o Brasil, se não era uma Nação do ponto de vista interno, porque a Nação é uma estrutura que nasce com o capitalismo e com ele se desenvolve, o era do ponto de vista externo, porque, tendo que tratar, no plano mundial, com nações, tinha que criar para si um arcabouço que o assimilasse às entidades com as quais precisava lidar. Do ponto de vista econômico, esse arcabouço era seu capitalismo comercial, uma construção capitalista e, como todo capitalismo, tendente ao nacionalismo. Assim, nossos homens, que podiam ter buscado as idéias correspondentes aos interesses em choque, no momento, na Antiguidade e na Idade Média, foram buscá-las na vida das nações, que só muito mais tarde haviam aparecido, precisamente com a dissolução do feudalismo.

Essas nações se haviam constituído a partir de feudos, frouxa e precariamente reunidos em torno de um barão mais forte, principalmente para atender às conveniências da expansão do comércio. A *federação*, a exemplo do que aconteceu na Revolução Francesa, era um ato pelo qual as partes da nação se uniam num todo, império ou república, "una e indivisível". Na vida das "nações", portanto, a tendência é do exclusivismo regional para o unitarismo, e a federação é o modo pelo qual o unitarismo se consagra.

A história da França nos apresenta o protótipo desse movimento, mas podemos encontrá-lo, com maior ou menor nitidez, por toda parte. Nos próprios Estados Unidos, cujo exemplo julgávamos imitar em 89, a federação representou um passo no sentido do unitarismo, processo já encerrado hoje no fundo, senão na forma. A princípio, havia 13 colônias, depois criou-se a confederação e finalmente a federação.

Entre nós, o movimento foi inverso, representando pois uma anomalia na vida de uma nação. Tínhamos um Estado unitário e, pela *federação*, criamos um Estado não unitário.

Foi como se a história francesa tivesse caminhado de Robespierre para Luiz XI.

A fim de justificar nosso movimento, fomos buscar, como de costume, idéias feitas no estrangeiro. Identificamos Pedro II a Napoleão III, por sua vez identificado ao absolutismo, o que é um equívoco, porque a ditadura dêsse imperador tinha outras origens. E identificamos a federação norte-americana como forma mais alta de estado nacional, quando a verdade é que foi apenas um passo no sentido da república unitária, incontestavelmente melhor, desde Lincoln, embora isso não fôsse patente, sobretudo porque o clima internacional em que se movia a república norte-americana era tão favorável que deixava o poder central privado de algumas de suas atribuições essenciais, tais como a defesa. Mas a própria Guerra de Secessão provara que a nação norte-americana era um todo uno e indivisível, que não admitiria reger-se por dois direitos.

REGIONALISMO E FEDERALISMO

O fato essencial, dissimulado por êsses equívocos, era a circunstância de que, com o advento do latifúndio, a vida de cada região tendia a fechar-se sobre si mesma, começando as diversas regiões a desenvolver-se desigualmente. Desapareciam os partidos nacionais, para dar origem aos diversos agrupamentos provinciais, que se sentiam pouco à vontade, apertados no sapato chinês dos partidos do Império. Uma crise política em certas regiões provocava a intervenção do Poder Moderador, determinando uma derrubada em âmbito nacional, desmantelando, na província, situações que correspondiam perfeitamente ao balanço real de forças locais. Os partidos perdiam a vitalidade dos primeiros tempos, graças a essa heterogeneidade, e o poder do monarca emergia incontrastável, absoluto, diante dêles que, impotentes, se resignavam aos caprichos dos círculos de áulicos. O próprio imperador perguntava aos seus ministros: "Onde estão os partidos?" Êstes tinham deixado de existir, reduzidos à sombra do

que haviam sido. Meras sociedades de distribuição de posições na função pública—"a vala comum das fortunas perdidas da escravidão", nas palavras de Nabuco—não veiculavam mais nenhum interesse real e profundo das forças dominantes da sociedade, o que dava ao imperador—principalmente a partir da crise de 68—a ilusão de que seu poder exercia, quando, na realidade, era o regime que desabava, que perdia a representatividade.

Os ministros procuravam conciliar a monarquia com a federação. Mas, como fazê-lo se a federação implicava, preliminarmente, em distribuir os atributos do poder pelos governos regionais? O latifúndio também teria eventualmente necessidade de um forte poder central, mas êste teria que emergir como prolongamento, no âmbito nacional, dos absolutismos regionais mais fortes. Antes seria mister que êsses absolutismos se constituíssem, que as oligarquias estaduais se firmassem, habilitando-se ao complicado jôgo político que encheu toda a I República, e conduziu a um novo centralismo que, com o apoio da burguesia industrial (que ainda não existia em 89), começaria a unificar novamente o país—processo que ainda não terminou. O caminho do latifúndio para o poder passava, portanto, sobre os escombros da monarquia.

REPÚBLICA FEDERAL

A República era, pois, o ponto de convergência obrigatório tanto do federalismo quanto do abolicionismo. O primeiro representava as reivindicações econômicas do latifúndio—e das forças que resultariam no capital industrial que se desenvolveria na base do mercado criado pelo latifúndio e da mão-de-obra liberta das fazendas—e o segundo, as reivindicações políticas. Ninguém pensava naturalmente—salvo pequena minoria de intelectuais e de poetas—em derrubar o Império, e todas as forças políticas eram dedicadas ao imperador. A República, apesar disso, estava implícita nos dois movimentos.

ESTRUTURA E TENDÊNCIAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A economia brasileira, desde a descoberta, desenvolve-se como complemento de outras economias—dos países que, sucessivamente, ocupam a vanguarda no desenvolvimento da humanidade. Embora seja pacífico esse conceito, ainda não se extraíram dele as conseqüências decisivas que implica em relação ao nosso comportamento.

Com efeito, se nossa economia é um complemento, nem por isso é semelhante às economias que complementamos. Nossos produtos, apesar de se comportarem, no mercado mundial, desde os tempos coloniais, exatamente como os das fábricas capitalistas, isto é, como mercadorias, nem por isso eram mercadorias em sua origem. Na fazenda de escravos ou no latifúndio, eram simples produtos, oriundos de economias naturais e só depois de apropriados segundo normas que não se coadunam com os modos de apropriação capitalistas, adquiriam a qualidade de mercadorias e como tais passavam a comportar-se. Em outros termos, embora desempenhando função necessária na economia capitalista essas formas de produção não eram capitalistas; ou, generalizando mais ainda, as relações de produção vigentes no interior de nossa economia, diferiam qualitativamente das que reinavam no exterior.

A ECONOMIA BRASILEIRA É UMA DUALIDADE

Não se trata de um acidente. Em qualquer momento que a encaremos, a economia brasileira é uma nas relações entre os elementos que a compõem, e outra nas relações com outras economias.

Por exemplo, se nossa produção exportável se desenvolve além da capacidade dos mercados que servimos, ou se esses mercados, devido ao jôgo interno de suas próprias forças, prescindem de nossa produção, entram em crise nossas relações externas de produção, provocando mudança que faça surgir novas relações, à altura do estágio alcançado pelas forças produtivas internas.

Claro está que um desajustamento dessa índole põe em causa também as próprias relações internas, atingidas por uma crise reflexa, mas a experiência demonstra que as modificações parciais acarretadas por essa crise só vêm agravar a situação das relações externas. Assim, por uma série de ações e reações, nem sempre pacíficas, nossas relações externas de produção entram em crise aguda, tornando-se imperativa uma alteração nesse campo, a qual, uma vez operada, desafoga as relações internas, que se consolidam, guardando no fundamental seu *facies* primitivo.

Mas pode também acontecer que as relações externas exijam de nossa economia um comportamento incompatível com as relações internas vigentes. Nesse caso a crise se agrava no interior e acaba resolvendo-se pela mudança do regime vigente dentro do país, com a conseqüente consolidação, em outro nível, das relações externas.

Assim, as revoluções que, nos países de economia dominante ou não reflexa, se processam simultâneamente nos dois campos, entre nós se dividem em dois processos que normalmente não coincidem no tempo. Tivemos, assim, a Abertura dos Portos e a Independência, que modificaram a estrutura externa da economia brasileira e, várias décadas depois, a Abolição e a República, que alteraram a estrutura interna.

A CRISE DE ESTRUTURA

O comércio exterior, compreendido no sentido mais amplo, de comércio de mercadorias, capitais e homens, consubstancia o complexo das relações externas de produção ou, mais simplesmente, a economia externa do país. Em nossas condi-

ções presentes, as relações internas são representadas, quanto ao essencial, pelo mercado interno e pelas diversas unidades que o compõem.

Entramos em período de crise de regime, o que pode ser verificado sem esforço teórico. Tanto a vida interior do país quanto as suas relações com os outros países se acham profundamente desajustadas e os problemas se acumulam, sem que encontremos solução para eles. Mas é impossível afirmar, *a priori*, que a crise tem sua origem neste ou naquele jôgo de relações de produção, ou melhor, no choque entre essas relações e as forças produtivas nacionais que, inclusive por efeito da crise, se desenvolvem a passo cada vez mais acelerado. Isso exige uma elaboração teórica mais aprofundada.

A observação do funcionamento da economia nos deve proporcionar os elementos para essa elaboração. Começando pelas relações internas, verificamos:

a) rápido desenvolvimento do mercado interno, por efeito da dissolução das formas naturais ou quase naturais de produção, que lança todos os anos ao mercado massas consideráveis de trabalhadores, que antes satisfaziam às suas necessidades quer com a própria produção camponesa, quer com a produção levada ao mercado local, e que agora precisam tudo comprar, não raro a outras regiões do país ou ao estrangeiro;

b) desenvolvimento acelerado de uma produção destinada a satisfazer a essas necessidades e que ocupa a mão-de-obra liberada pela dissolução da economia natural, com a dupla conseqüência de aumentar consideravelmente a produtividade líquida do trabalho nacional e de exigir o rápido aumento dos investimentos;

c) rápida intensificação do processo de formação de capitais, graças à elevação da taxa média de lucro resultante do aludido aumento da produtividade do trabalhador, em sua passagem da economia natural para a mercantil sem paralela elevação do nível de vida que, em alguns casos, regride com a proletarianização—como se verifica em conseqüência da

sêca no Nordeste que, lançando ao mercado centenas de milhares de trabalhadores miseráveis, detem o reajustamento dos salários nas regiões que os recebem.

No comércio exterior, êsse processo reage exigindo dêbens de consumo indispensáveis à satisfação das novas necessidades, que não mais podem ser satisfeitas à maneira antiga, como é o caso do pão, indispensável mesmo ao ex-lavrador que, em sua desfeita fazendola, se contentava com o beiju; de veículos motorizados e combustíveis líquidos para levar ao trabalho ex-lavradores que ainda ontem iam a pé; de artigos de luxo cuja procura cresce com a elevação da taxa de lucros e, conseqüentemente, de renda das classes que partilham entre si o fruto do sobretrabalho nacional acrescido; de bens de investimento para a produção de tôdas essas coisas e, finalmente, uma vez que o mercado externo se revela incapaz de atender a tais exigências, de bens de investimento para a montagem de indústrias produtoras de bens de investimento.

A CRISE TEM ORIGEM NO COMÉRCIO EXTERIOR

Ora, o comércio exterior pressupõe, em última instância, simultaneidade de procura entre os diversos países comerciantes. Se crescem as necessidades de um país, em produtos estrangeiros, é mister que haja, a longo prazo, outro crescimento equivalente, em qualquer ponto do sistema. Se essas necessidades diminuem, será mister que diminuam também, alhures, outras necessidades.

A produção de metais preciosos permite, é claro, certa discrepância, não suficiente para anular essa regra; os pagamentos em metais preciosos ou cambiais permitem certa desigualdade, durante algum tempo; o comércio de capitais, sobretudo, permite remediar desequilíbrios consideráveis e a prazo longos, pois, em última instância, é um processo de redistribuição da renda entre as diversas nações. Tal comércio pressupõe, no entanto, ou um futuro desequilíbrio ainda maior (para cobrir os lucros, além do principal) e em sentido inverso, no caso do capital prôpriamente usurário, ou a necessidade de estimular, no país beneficiado pela transferên-

cia, a produção de artigos de que o exportador de capitais precisa, ou para seu próprio consumo ou para colocação em outro mercado (caso do café brasileiro, financiado por capitais ingleses, com vistas ao mercado norte-americano).

Se uma nação, durante longos períodos, vender sistematicamente muito mais do que comprar e não tiver necessidade de estimular alhures produção alguma, o que reduz a pressão normal para a exportação de capitais, acabará atraindo para suas próprias arcas todo o metal precioso que se utiliza no ajustamento das contas internacionais e tornará indispensável a passagem ao regime de estrita compensação das compras e vendas.

Ora, a economia da qual somos, por excelência, complemento, a norte-americana, está empenhada em um processo cujo efeito final é reduzir, em escala cada vez maior, a necessidade de importar. A técnica moderna permite, a qualquer país, substituir uns produtos naturais por outros, criar sucedâneos "sintéticos" para os materiais antes considerados insubstituíveis, descobrir riquezas naturais cuja existência não era suspeitada, explorar recursos tidos como inúteis e, no campo da produção vegetal e animal, vencer os imperativos de solo, clima, latitude, altitude, etc.

Se, como nos E.U.A., a disponibilidade de recursos técnicos fôr virtualmente ilimitada; se a natureza tiver dotado o país de solo, subsolo e clima variados e abundantes; se a economia tender, pelo próprio impulso interno, a empreender essa variação de produção, a ponto de fechar os olhos a questões como as de preço e custo da produção, nada poderá impedir que a procura, no mercado dêse país, de produtos estrangeiros desça sem cessar. Durante algum tempo, o sacrifício dos outros países, pela redução sistemática dos preços, pode conter essa tendência, mas nunca eliminá-la.

O Brasil ainda é um complemento agrário-produtor de matérias-primas dos países capitalistas mais avançados. Durante algum tempo êsses países aplicaram todos os seus recursos tecnológicos e econômicos na indústria, mas essa fase está definitivamente ultrapassada, não só porque a tecnologia

avançou, mas também porque dispõe de quantidades ilimitadas de capitais, uma vez que terminou, quanto ao fundamental, a montagem do parque industrial. Esses capitais e essa técnica voltam-se agora para a reorganização da produção primária, em bases incontestavelmente superiores. Isso quer dizer que os países capitalistas mais avançados carecem cada vez menos de complementos como nós o somos, isto é, que perdemos o lugar na economia mundial, lugar que, embora subalterno, nos bastou para que alcançássemos nosso presente nível de desenvolvimento.

AUTARCIA "CENTRICA" E "PERIFERICA"

Simultaneamente, pois, crescemos até nos tornarmos grandes demais para nossa antiga função na economia mundial,—como o prova o fato de que os recursos antes insuficientes para o desenvolvimento da produção destinada à exportação, hoje desbordam, procurando aplicação na montagem de amplo parque industrial,—e, o que é mais grave, perdemos essa função, que se tornou progressivamente desnecessária.

Tal a origem de todas as nossas presentes dificuldades. Em outros termos, estão em crise nossas atuais relações externas de produção.

O movimento autarcizante das nações capitalistas de vanguarda, a princípio limitado aos E.U.A.—que, de campo de aplicação de capitais estrangeiros, pouco antes da 1.ª Grande Guerra, se tornaram o maior exportador de capitais da história—não tardou a estender-se às outras potências. Na Inglaterra, tomou a forma das preferências imperiais, que tendiam a complementar a economia das zonas industriais com a economia primária das colônias. Na Alemanha, privada de colônias e de ampla base agroprimária metropolitana, como a norte-americana, tentou-se a autarcização diretamente, pela via industrial e produção de "ersatz". Na Rússia, levada à autarcização por via reflexa, recorreu-se simultaneamente à indústria de sucedâneos, como na Alemanha,

mas, sobretudo, à agrobiologia, que permite vencer as limitações de clima e solo.

Todo esse movimento, porém, tem origem nos E.U.A., cujos fatores de produção—principalmente a imensa disponibilidade de capitais à procura de aplicação—se somam, provocando o crônico regime de saldos na balança do comércio (que normalmente não podem ser compensados por um "deficit" na balança de invisíveis) porque a economia carece cada vez menos de produtos estrangeiros.

No conjunto, porém, o movimento autarcizante das economias das quais nos desenvolvemos como complemento acabou por repercutir nos países de economia complementar que haviam sido privados dessa função. Dotados de produções agroprimárias excessivas, procuramos a auto-suficiência, principalmente, pela via da industrialização, mas não podemos fugir ao imperativo da divisão internacional do trabalho, inclusive no que se refere aos bens primários e aos víveres, mesmo dispondo, como é o nosso caso, de amplos e variados recursos naturais, porque o aproveitamento desses recursos pressupõe uma tecnologia fora do nosso alcance. Um amplo comércio internacional continua a ser, pois, a primeira de nossas necessidades, como foi assinalado acima.

DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS "PERIFÉRICOS"

A solução mais racional, para os países privados progressivamente de sua antiga função de complementos, consistiria em sua associação, que lhes permitiria, ao menos, resolver em conjunto o problema do abastecimento mútuo dos bens agroprimários, deixando, assim, pendente apenas o do suprimento de bens de investimento, a que tal comércio só muito precariamente poderia atender. Semelhante solução, no entanto, pressupõe várias condições inexistentes.

COMÉRCIO PRIVADO E PÚBLICO

Praticando um comércio exterior *privado* e em *dinheiro*, vendemos a quem nos queira comprar—quem tenha dinheiro

para pagar—e, uma vez de posse do dinheiro *internacional*, compramos a quem mais barato nos venda.

Esse sistema, que dissocia em duas operações diversas a troca de duas mercadorias, não permite ao operador privado comparar entre si os valores destas, senão por meio da *taxa de câmbio*.

Nas condições de um mercado internacional equilibrado, como o que existia ainda há algumas décadas, e no qual, a longo prazo, as compras e vendas de cada país tendem a compensar-se, a taxa de câmbio é, normalmente, instrumento hábil para a revelação do valor. Mas, em condições conturbadas, caracterizadas pelo crônico desequilíbrio entre as compras e vendas dos principais países—que resulta na crescente escassez de meios de pagamento internacionais—a taxa de câmbio tende a tornar-se infiel, inclusive porque, compelidos a vender para atender a necessidades inadiáveis, muitos países consentem em entregar suas mercadorias por preços abaixo do custo e, como nenhum produtor privado pode operar nessas condições, a economia nacional é obrigada, principalmente por via fiscal, a indenizar o produtor privado da diferença.

Cria-se assim uma situação singular na qual o preço em moeda nacional da mercadoria recebida em pagamento de outra não mantém relação necessária com o custo de produção da mercadoria entregue, expresso na mesma moeda, situação em que, do ponto de vista da economia nacional, a cambial estrangeira passa a ter realmente dois valores, um para compra (importação) e outro para venda (exportação).

Graças a êsse artifício, o produtor privado é realmente pago do valor integral do seu produto, tal como é determinado pelo mercado interno, sentindo-se estimulado a produzir cada vez mais, e o importador privado tem possibilidade de adquirir a cambial abaixo do preço pago por ela pela economia nacional, sem que nada o advirta dêsse fato. Exportador e importador vivem em clima artificial que imaginam, no entanto, perfeitamente natural.

Esse clima é propício às ilusões, especialmente à ilusão

de barateza do produto importado relativamente ao de origem nacional, porque, enquanto êste se vende por preço que corresponde não apenas ao seu custo real, em moeda nacional, mas ao custo acrescido da tributação extra (fonte dos recursos com os quais o Estado financia a exportação), o primeiro vende a preço do qual já foi deduzida a parcela paga pela economia nacional, no ato de adquirir a cambial.

Como instrumento de emergência, que permite remover obstáculos, tal expediente é perfeitamente legítimo, mas nem estamos em presença de um fato transitório, nem a resistência com a qual lutamos pode ser quebrada. Os países superavitários, com efeito, servem-se de armas ainda mais poderosas —a quota, a tarifa etc.—graças às quais não apenas podem excluir nossos produtos dos seus mercados, quaisquer que sejam seus preços, mas também, quando lhes permitem a entrada, elevar os preços a ponto de impedir o seu financiamento até mesmo com recursos provenientes de tarifa imposta ao produto estrangeiro.

Esse quadro pode ser considerado falso porque, ao menos do ponto de vista formal, temos a mesma possibilidade que os E.U.A. de aplicar aquelas medidas. Tal possibilidade, no entanto, é ilusória, porque, pelos motivos acima expostos, operamos premidos pela necessidade de procurar a maior ampliação possível do volume das trocas internacionais. Essa necessidade influi em nossa conduta com a constância e a força de uma lei natural. Ora, as medidas empregadas pelos países superavitários são restritivas dessas trocas, consultando, assim, os interesses dêsses países, cujo mercado tende a ser reservado para uma produção interna cada vez mais variada e abundante. Também êles estão sujeitos a uma tendência cega, como as leis naturais.

Não é apenas no interior do mercado nacional, porém, que a situação descrita pode suscitar ilusões. Não estabelecemos, tampouco, correlação entre o custo em moeda nacional dos nossos produtos exportados e os preços dos produtos estrangeiros, na mesma moeda, dos produtos recebidos em troca dos nossos, país por país. Ora, a economia nacional não sub-

venciona por igual a produção de todos os ~~nomes~~ artigos de exportação. Alguns podem ser objeto de ~~tributação~~ excepcionalmente alta—dependendo do estado de ~~nomes~~ contas com os países a que se destinam, além de ~~outras~~ fatores mais aleatórios—de sorte que a correlação entre o custo em moeda nacional do produto exportado e o preço do produto importado na mesma moeda pode até ser a ~~inversa~~ da acima descrita.

Não sendo idêntica a composição de ~~nomes~~ pautas de exportação para todos os países, a diferença de tratamento fiscal dos diversos produtos nacionais tende a apresentar-se como discriminação inconsciente *entre países*.

O COMÉRCIO EXTERIOR É UMA ATIVIDADE PÚBLICA

Em síntese, o desequilíbrio crônico no comércio internacional suscitou uma série de reações que, tornando incerto o papel da taxa de câmbio como instrumento de comparação do valor de duas moedas, acabou por tornar inteiramente ininteligível o próprio funcionamento do comércio externo, dando origem a ilusões extremamente perigosas.

Generalizando, podemos dizer que a origem dessas ilusões está em que, graças à multiforme intervenção do Estado, o comércio externo se converteu, realmente, em atividade nacional, isto é, pública—interessando cada operação isolada à economia nacional em seu conjunto—, muito embora continuemos a conduzi-lo como se ainda fosse uma atividade privada.

Assim, o operador privado, perdendo de vista os aspectos essenciais da operação pela interferência do Estado, não a contempla numa perspectiva global e, conseqüentemente, não está em condições de dirigi-la. E o Estado, para o qual essa perspectiva é possível, porque pode, em princípio, tratar como operação única a compra e a venda, restaurando a unidade rompida pela introdução do comércio em dinheiro, realmente pouco pode fazer, com poderes de mera assistência, desproporcionados à sua atuação real, porque não é comerciante.

COMÉRCIO EM DINHEIRO E PERMUTA

Visto de outro ângulo, o comércio externo conserva a ficção de comércio em dinheiro, quando a verdade é que, mesmo usado efetivamente, o dinheiro particular das diversas nações muda de propriedade, ao passar do âmbito interno para o externo, tornando-se outro dinheiro. Cada nação—e não apenas a nossa—tem hoje duas moedas: uma para o âmbito interno e outra para o externo.

Em suma, o comércio em dinheiro é, em geral, mero disfarce para operações de *permuta*, em âmbito internacional. E esse disfarce torna impossível uma direção racional do negócio, pois dificilmente poderemos dizer quando estamos perdendo ou ganhando—por falta de uma correlação visível entre o preço e o custo, sem a qual nenhum comerciante pode operar.

OS TRÊS "PREÇOS" DA EXPORTAÇÃO

Se acompanharmos a trajetória de um produto brasileiro exportado, desde sua produção até sua entrega ao consumidor, veremos que:

1.º) tem um custo de produção expresso em moeda nacional;

2.º) um "preço" expresso em produtos estrangeiros recebidos em troca do nosso, quer diretamente, quer por meio da cambial com que pagamos;

3.º) um terceiro preço em moeda do outro país, mas na sua função de dinheiro interno e não na de divisa.

Como vimos, não existe correlação necessária e visível entre esses três "preços", razão por que a operação se torna ininteligível, quase misteriosa, campo propício a tôdas as irregularidades.

Não obstante, a operação pode tornar-se inteligível e "fiscalizável" se, ao invés de buscarmos uma impossível correlação entre um custo de produção expresso em moeda nacional e um preço fixo em moeda estrangeira, procurarmos a definição deste último em moeda nacional. O valor desta é

dado pelo mercado nacional e não está sujeito a condição alguma, do ponto de vista do produtor nacional, isto é, o dinheiro, enquanto meio interno, é verdadeiro dinheiro, medida adequada de valor.

A RESOLUÇÃO 70

Para isso, faz-se mister desistir da taxa de câmbio, salvo como meio de encontrar moeda de cálculo que facilite os acertos de contas em âmbito internacional. Nesse âmbito, porém, o valor do produto exportado deve ser referido diretamente ao produto estrangeiro recebido em troca. O regime do leilão de câmbio, nas condições fixadas pela Resolução n.º 70 da Superintendência da Moeda e Crédito, consagra, no essencial, esse princípio, quando, com o nome de "dólar", reduz todas as moedas à mesma denominação e, a seguir, atribui a essa moeda ideal diversos valores, segundo a mercadoria (ou classes de mercadorias) que representam. Essa moeda ideal, guardando embora a forma de moeda, já é realmente mercadoria, assim como a ficha que compramos nos cafés do Rio é realmente "cafêzinho" e não dinheiro. A experiência provavelmente nos levará a abolir mesmo essa aparência de dinheiro que ainda reveste as mercadorias levadas a leilão, e que corresponde a uma forma talvez necessária de transição.

Esse produto, ao ser lançado no mercado nacional, adquire valor expresso em moeda nacional—isto é, preço em espécie homogênea em relação à qual foi computado o custo de produção do artigo nacional dado em troca. Ora, o fato de trocar uma mercadoria por outra—com ou sem intermediação do dinheiro—consagra a igualdade de valor das duas mercadorias, de sorte que o preço da mercadoria estrangeira no mercado nacional constitui realmente, para nós, o preço da mercadoria nacional exportada, porque duas quantidades iguais a uma terceiro são iguais entre si. A comparação entre esse preço e o custo do produto exportado estabelece um nexo visível entre o custo de produção e o preço da mesma

mercadoria. A operação torna-se inteligível porque passamos a operar com quantidades homogêneas, insuscetíveis de outra diferença que não a de quantidade.

Esse nexo pode, certamente, ser pesquisado por outros meios—uma operação trabalhosa, incapaz de conduzir a resultados práticos, e, sobretudo, "misteriosa", isto é, incontável. Nem o próprio chefe do serviço de câmbio pode acompanhar e fiscalizar uma operação dessa ordem, repetida milhares de vezes—para não falarmos no controle necessário que deve haver, não apenas por parte do Poder Executivo, como do Legislativo, das entidades econômicas privadas e da opinião pública.

Apesar disso, tais pesquisas estão na raiz de todas as presentes tentativas de restabelecimento da viabilidade do comércio externo na base da taxa de câmbio—inclusive pela sua manipulação e multiplicação. Refiro-me às pesquisas, hoje generalizadas, para a determinação dos termos de intercâmbio.

A manipulação do câmbio pode, certamente, em teoria, permitir uma política cambial que corrija a taxa de câmbio, que se tornou inutilizável em sua forma clássica. A multiplicidade das taxas de câmbio, como ocorre na Argentina, pode também ser instrumento expedito de aplicação de política cambial, mas na verdade implica o risco de confiar a funcionários subalternos decisões importantes e raramente bem compreendidas. Expõe, assim, importante setor do governo à corrupção, o que, na prática, aumenta muito a distância entre a adoção do "critério" e sua aplicação prática, quando não prejudica a própria fixação do critério.

OS CONTROLES FÍSICOS TORNAM-SE INGOVERNÁVEIS

Assim, na prática, a máquina dos controles estatais tende a tornar-se ingovernável, isto é, o câmbio e o comércio externo ficam realmente submetidos ao impulso—ou aos impulsos—dos interesses privados nacionais ou não, que, insistimos, não mais estão em condições de decidir, porque não

podem ver a operação em sua complexidade e, muito menos, em perspectiva nacional. Nessas condições, a própria ação disciplinadora do Estado tende, cada vez mais, a tornar-se espasmódica e aleatória, embaraçando a iniciativa privada, inclusive nos negócios voltados para o mercado interno, e estendendo a êste a desordem reinante nas relações externas, o que exige do Estado medidas corretivas em total desproporção com os meios de que dispõe.

Como pode o Estado defender seus interesses em âmbito internacional, quando nem mesmo seus funcionários mais especializados são capazes de uma definição correta e clara desses interesses? E, admitindo que essa definição seja formulada, como pode o Estado mobilizar a força política interna, a coesão nacional necessária, para uma eficiente defesa desses interesses, se o comércio externo não se despe do seu "mistério"?

A PERMUTA E O PREÇO

Imaginemos, agora, ter passado ao comércio de permuta e reconstituamos a trajetória da mercadoria nacional exportada em marcha para sua "realização". Essa trajetória se desdobra nas seguintes etapas:

1.ª) custo de produção expresso em moeda nacional;

2.ª) equivalência expressa em certa quantidade de mercadoria importada (que pode ser dinheiro, não mais em sua qualidade de cambial—meio internacional—, mas na de meio interno do outro país);

3.ª) preço em moeda nacional para esta mercadoria.

O valor desta mercadoria exportada nos é dado em forma ininteligível, pelo mercado internacional—como mercadoria particular e não como equivalente geral. Considerando que só o mercado internacional pode definir o valor de um produto exportado, aí encontramos uma autêntica definição do valor do nosso produto. Resta-nos agora torná-la inteligível, o que se faz pela venda do produto importado no mercado interno. Não se trata pois de determinação do valor pelo pró-

prio mercado interno. Este é instrumento hábil para definir o valor dos produtos de exportação. O que a venda do produto importado permite é apenas a tradução de uma expressão de valor ininteligível—porque heterogênea em relação àquele em que é expressão o custo de produção—em forma inteligível.

Essa operação, no entanto, não torna o processo totalmente inteligível, porque o próprio custo de produção nacional permanece uma incógnita—mesmo para o produtor. Sabe êste, naturalmente, quanto pagou de salários, matéria-prima, amortização de capital, impostos, etc., mas essas quantidades são socialmente determinadas. Os salários reais dos seus operários só em parte são constituídos pelo salário nominal que lhes paga. Recebem parte desses salários, na forma de assistência social e tanto pode acontecer que o instituto de previdência a que pertencem lhes forneça um serviço correspondente à prestação que lhes cobra, como maior ou menor; podem ou não beneficiar-se dos baixos preços da COFAP (cuja diferença deve ser coberta por outros setores de economia nacional, etc.).

O capital tanto pode ser obtido pelos processos normais, como de favor. Pode, por exemplo, ser formado por poupança compulsória de toda a população—caso das emissões para financiamento da produção—; por poupança igualmente compulsória e gratuita—caso dos depósitos dos institutos de previdência no Banco do Brasil; ou por depósitos não compulsórios, como os provenientes da poupança livre ou mobilização dos fundos de reserva das empresas. Conforme o caso e as condições, varia o preço do capital, que assim se converte em fato político.

Os impostos, finalmente, tanto podem ser maiores do que seriam, se toda a produção nacional fôsse tributada por igual, quanto menores. Podem até ser uma quantidade negativa—caso das subvenções. Mais que qualquer outro fator, são, pois, um fato político.

O problema que nos poderia parecer resolvido com a expressão do preço final e do custo de produção na mesma

moeda, de novo se complica pela impossibilidade de conhecermos o verdadeiro custo de produção de uma mercadoria pelo simples exame da escrita de seu produtor e por outros recursos similares.

O COMÉRCIO EXTERNO TORNA-SE INTELIGÍVEL

Inicialmente, pois, o custo de produção propriamente dito não pode servir de base aos nossos cálculos, por ser praticamente incognoscível. Teremos que prescindir dele como instrumento prático de trabalho e contentar-nos com o *custo comercial*.

Do ponto de vista comercial, isto é, do homem que compra uma mercadoria não com a intenção de transformá-la, mas simplesmente de revendê-la com lucro, o custo é um *dado* do mercado. O Banco do Brasil por exemplo, não sabe qual foi o custo de produção do estoque de algodão gravoso que comprou, embora conheça seu custo comercial—o que pagou por êle, mais as despesas de armazenagem, o juro do capital imobilizado e outras despesas gerais.

Em um país de economia socialista, onde o Estado, na qualidade de produtor, conhece, por experiência direta, o custo de produção, tal custo é que deve servir de base para seus cálculos, ao discutir uma transação comercial externa. Esse pode excepcionalmente ser também o nosso caso, quando se trate de venda de produtos das empresas estatais, como é, na prática, o caso de Volta Redonda, mas, para a generalidade dos casos, só o custo comercial nos deve interessar. É esse custo é um dado do mercado nacional, quer dizer, do ponto de vista desse mercado, é um *preço*.

Assim, a trajetória do produto brasileiro de exportação, em marcha para sua realização final, apresenta as seguintes etapas:

- 1.^a) preço do produto no mercado nacional;
- 2.^a) certa quantidade de mercadoria estrangeira recebida em troca;
- 3.^a) preço da mercadoria estrangeira no mercado nacional.

NECESSIDADE DE UM COMERCIANTE DE NOVO TIPO

Formulada a questão nesses termos, aparentemente nada mudou. Apenas se tornou claro um processo "misterioso".

Apesar disso, um exame mais atento revela que esse esquema, a não ser que o consideremos mera fórmula, não pode funcionar sem que apareça um personagem novo—um comerciante, que geralmente não encontramos no tráfico privado, senão nas regiões mais atrasadas do Brasil. (Por exemplo, o comerciante de certas regiões do interior, que compra produtos de exportação no mercado local, entrega-os ao comércio de um grande centro em cobertura de sua conta,—constituída pela aquisição de produtos que vai vender no mercado local, a fim de adquirir, com o dinheiro obtido, nova partida de produtos de exportação. É, de certo modo, o que faz o exportador de babaçu do Maranhão.)

A fórmula desse comércio (chamando M à mercadoria nacional, M' à estrangeira e D ao dinheiro) é a seguinte:

$$D - M - M' - D'$$

quando a fórmula do comércio ordinário é:

$$D - M - D;$$

e a do atual comércio de exportação (chamando D à divisa estrangeira e D' à moeda nacional) é:

$$M - D - D'$$

(Observa-se que a última fórmula corresponde à fase "exportação" do processo, exigindo uma outra que seria:

$$D' - D - M).$$

O aparecimento desse novo personagem não é obra do acaso, além de nada ter de arbitrário. Não se pode decretar seu aparecimento, nem pressupô-lo. É produto de condições históricas concretas.

No Brasil, certas transações de "compensação" realizadas ultimamente para a colocação de gravosos têm levado a

definição do personagem e, salvo engano, a fórmula Jafet para colocação do algodão do Banco do Brasil implicaria, em última instância, uma operação segundo a fórmula:

$$D - M - M' - D.$$

Seu mérito essencial consiste em subordinar tôda a operação—importação e exportação—às conveniências de duas economias nacionais, tornando-se independente das nações que controlam os meios de pagamento internacionais.

Pode, conseqüentemente, permitir, até certo ponto, a intensificação do comércio com outros países de economia agroprimária, de cujos mercados fomos afastados pelo comércio internacional em dinheiro, como demonstramos em outra parte dêste trabalho. Isso ocorreria se os têrmos de intercâmbio vigentes não tivessem força para impedi-lo, isto é, na hipótese de grande procura de cambiais em moeda forte.

Eventualmente, pode também facilitar o comércio com países industriais, desde que e enquanto perdure essa necessidade de cambiais. Mas só indiretamente podemos disso esperar um efeito corretivo nos têrmos de intercâmbio, porque, na impossibilidade de basearmos nossos cálculos nos custos reais de produção e tendo que operar na base dos custos comerciais, partimos de uma definição, já deturpada, do valor de nossas mercadorias, pois, como vimos, os seus preços de venda já refletem uma deformação dos custos pela intervenção do Estado, que ou assume parte dêles e, conseqüentemente, os reduz, ou os sobrecarrega, a fim de obter, inclusive, recursos para realizar a primeira operação.

Na prática, isso significa que seremos compelidos a exportar os mesmos produtos que vimos exportando, os mais beneficiados em geral, pela intervenção fiscal, quer dizer, os agroprimários, e a importar os mesmos que vimos importando, isto é, os industriais, cuja produção nacional, inclusive por comodidade fiscal, mas principalmente por se destinarem ao mercado nacional, pode ser severamente onerada.

O ESTADO É ESSE COMERCIANTE

Não basta, pois, que surja um novo personagem—um comerciante de tipo especial—para que nossas relações externas de produção entrem em nova fase, desafogando-se os quadros em que nos movemos.

Faz-se mister que êsse personagem tenha experiência direta no processo de “falseamento” dos custos comerciais dos nossos produtos de exportação e também dos preços dos produtos de importação. É preciso também que esteja diretamente interessado em acabar com êsse falseamento.

Tal personagem não pode ser outro senão o próprio Estado. Ninguém tem a mesma experiência de “falseamento” dos custos de produção, e, como essa operação se faz à custa do seu orçamento, ninguém mais interessado do que o Estado em acabar com ela. De duas mercadorias pelas quais o mercado nacional cobre o mesmo preço, tenderá naturalmente a facilitar a exportação da que é mais tributada ou menos subvencionada, ao passo que, do ponto de vista privado, essa diferença é irrelevante.

Para qualquer outro comerciante, o custo comercial do produto exportado será a última palavra. Desde que o preço pago no mercado nacional pelo produto dado em troca do estrangeiro seja coberto com a esperada margem de lucro pelo preço obtido no mercado nacional por êste último, a operação parecer-lhe-á lucrativa e digna de ser repetida e ampliada. Só o Estado, embora se pautando, como os outros comerciantes, pelo critério do custo comercial, tenderá a ir além, isto é, a indagar pelo custo real de produção.

Naturalmente propenderá—salvo peculato—a entregar, em troca do mesmo produto estrangeiro ou de produto que obtenha igual preço no mercado nacional, aquêle que, embora para o mesmo e até maior custo comercial, apresente o menor custo real de produção, porque isso implica em criar reservas para o Tesouro.

ESTRUTURA DO NOVO COMÉRCIO

Não comporta este trabalho o estudo circunstanciado das conseqüências, internas e externas, que trará o desenvolvimento das relações comerciais que se vão claramente manifestando como tendência e emergindo das formas mais inesperadas. Todavia, podemos definir alguns aspectos do novo comércio:

1.º) O novo comércio será comércio de Estado—público e não privado.

2.º) A fase propriamente internacional do ato de comércio consistirá numa troca mais ou menos direta de mercadorias, isto é, será uma permuta, mas essa fase deve ser precedida e seguida de operações de comércio em dinheiro nacional.

3.º) Embora tenha sua origem e sua finalidade em uma economia não planejada, o novo comércio tenderá com força crescente para a planificação, como podemos desde já verificar.

Podemos pois defini-lo como: *Comércio planejado de Estado e de permuta.*

PRECONDIÇÕES POLITICAS

É muito pouco provável que tal comércio possa emergir de um momento para outro como forma única do comércio externo brasileiro. Além dos poderosos interesses nacionais ligados ao tradicional comércio não planejado, privado e em dinheiro, mantemos e manteremos relações com vários mercados não habilitados ou mesmo infensos a tais relações com tais países e a única planificação possível será restritiva, isto é, a limitação das importações ao nível aconselhado pelo estado de nossas contas em cada um desses países ou áreas monetárias, o que vimos fazendo desde há muito.

O novo comércio começará, assim, provavelmente, com produtos nacionais que não se possam escoar normalmente pelo antigo processo, e com produtos de importação de que este não assegure o suprimento. O Estado não precisará

quebrar resistências dos interesses nacionais estabelecidos, mas deverá, ao contrário, atuar em sua defesa.

Além disso, em âmbito externo, começará por aqueles países que já disponham de comércio planejado de Estado e por aqueles com os quais nossas relações se tenham mantido abaixo do nível normal—comércio contido ao invés de estimulado.

O novo comércio tenderá, pois, a modificar nossa pauta de exportação e a importância relativa de nossas correntes comerciais externas.

A PERMUTA E O DINHEIRO

É razoável, pois, esperarmos a coexistência do antigo com o novo comércio. Tal coexistência suscita problemas de interação, pela via dos termos de intercâmbio que, principalmente, graças à função reservada ao Estado, tomarão a forma visível de preços diferentes computados em moeda nacional. Assim, mesmo a taxa de câmbio que governa o remanescente do antigo comércio passará, a partir de certa altura, a refletir o efeito disciplinador do novo comércio e vice-versa.

Inclusive nas relações regidas estritamente pelo novo comércio, o dinheiro não ficará de todo excluído. Apenas seu papel não será principal, mas acessório.

Será, por assim dizer, *uma mercadoria como as outras*, não o equivalente universal.

Todavia, esse comércio *entre nações*, à medida que se vá firmando e generalizando, tenderá, como o comércio de permuta entre pessoas, a dar origem a um novo *dinheiro internacional*, gerado pelo mercado puramente *internacional*, cujo valor pode ou não coincidir com o do dinheiro das diversas nações, em sua função interna, isto é, enquanto dinheiro nacional. Durante muito tempo, portanto, todo comércio externo implicará o contato de dois mercados diversos, resultando em valores e preços diferentes.

NOTA — O presente capítulo foi escrito em abril de 1953, isto é, antes da Resolução 70, como contribuição a um debate na Assessoria Econômica da Presidência da República. A alusão àquela medida foi introduzida em novembro do mesmo ano, ao preparar-se a primeira edição mimeografada do presente trabalho. I. R.

O PROBLEMA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A radical mudança iniciada na política cambial brasileira pela Resolução n.º 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito, foi saudada pelos partidários do neoliberalismo econômico como retumbante vitória para sua causa; os partidários do estatismo econômico, no entanto, também podem, com igual direito, festejar no mesmo fato uma vitória, pois o Estado, por meio da reforma, obteve o controle de alavancas de comando econômico ainda mais poderosas do que todas as até então utilizadas. Não apenas por meio do leilão de câmbio o Estado tem acesso a uma parcela consideravelmente ampliada da renda nacional—capaz de elevar em cerca de 1/4 os recursos à disposição do Tesouro e, possivelmente, duplicar os fundos públicos para investimentos, mas também—o que é mais importante ainda—se investiu de poderes qualitativamente novos, isto é, de modo ainda não muito evidente, mas muito real, *se fez comerciante*.

A RECENTE EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Só em perspectiva histórica podemos apreciar a extensão do caminho percorrido nos últimos vinte anos. Só assim será possível verificar que todas essas confusas marchas e contramarchas desde a grande crise tiveram um sentido, e que as mudanças operadas se revestem de importância realmente revolucionária, tanto para nossa economia interna, quanto para nossas relações com outros países.

No princípio, isto é, antes da crise, tínhamos um mercado mundial no verdadeiro sentido do termo. Milhões de produtores privados, em dezenas de países, competiam mais ou

menos “livremente” e essa competição determinava um sistema de preços fundamentalmente único para todo o mundo. Uma indústria ou outra atividade, no interior do Brasil, não podia existir, a menos que pudesse oferecer seus produtos por preços que deviam comparar-se a atividades similares em países tão distantes quanto a Índia, a África do Sul ou a Inglaterra. Note-se bem, todo o comércio, inclusive o externo, era uma atividade privada, disciplinada por um ramo do direito privado, o direito comercial.

Desde a I Grande Guerra que esse sistema apresentava evidentes sintomas de decomposição. A atividade econômica de países como o nosso não se podia manter senão nas condições do “câmbio cadente”, que implicava em transferir para os importadores parte dos custos de produção dos setores dedicados à exportação. Em virtude dessa transferência, os preços dos produtos tradicionalmente importados—essencialmente industriais—subiam sem cessar, o que nos permitia manter a exportação, não obstante a queda ininterrupta dos preços reais dos nossos produtos—essencialmente agroprimários—no exterior.

O “CAMBIO CADENTE”

O “câmbio cadente”, alterando o regime dos preços internos, induzia a nova divisão interna do trabalho. Apesar de nosso atraso tecnológico, que implicava altos custos na indústria, puderam nascer e prosperar inúmeras atividades novas, destinadas a substituir produtos tradicionalmente importados. Iniciara-se o processo de industrialização.

Esse processo, no entanto, trazia em seu seio uma contradição irremediável: a elevação dos preços dos produtos importados, que provocava o florescimento da indústria, detinha seu desenvolvimento, pois encarecia o equipamento, as matérias-primas e auxiliares, sem os quais não há indústria, e que não estávamos em condições de produzir. Em outros termos, enquanto nossa indústria não ultrapassava a condição de simples manufatura ou artesanato avançado, o “câmbio cadente” favorecia seu desenvolvimento, mas, a partir do mo-

mento em que se empenhava em converter-se em verdadeira indústria, o mesmo fator passava a funcionar como freio.

O “CAMBIO CONGELADO”

O futuro historiador dirá em que medida essa contradição determinou as agitações que culminaram na Revolução de 30. O fato é que esta acarretou o abandono do “câmbio cadente”, congelando-se a taxa de câmbio, passando a subvenção à exportação a ser feita não por meio dessa taxa, mas pelo auxílio direto do Estado. Iniciara-se o “intervencionismo”, supondo que o “câmbio cadente” já não significasse intervenção do Estado.

O novo regime se distinguia do antigo principalmente por permitir o barateamento dos produtos de exportação, tornando-os competitivos no mercado externo, *sem concomitante encarecimento dos produtos de importação*, pois era a economia nacional em seu conjunto que, principalmente pelo auxílio do Estado, cobria parte dos custos dos produtos de exportação. Correspondia, portanto, tanto aos interesses da indústria quanto aos da lavoura de exportação. A primeira era beneficiada na medida em que se interrompia o processo de encarecimento dos bens de produção importados e em que,—com a queda do poder aquisitivo interno da moeda nacional,—os mesmos bens começavam a baratear. A segunda, pela razão já exposta.

O “CAMBIO CONGELADO” É “CAMBIO ASCENDENTE”

Os altos preços dos produtos importados baixaram ininterruptamente, na medida em que o esforço do Tesouro, a fim de atender aos novos encargos, contribuía, em grande parte, para desvalorizar internamente a moeda, a um ritmo muito mais acelerado do que as principais moedas do mundo. A indústria, que dispunha de equipamentos baratos, enfrentava agora crescente concorrência no mercado interno, por parte da indústria estrangeira. A resposta foi nova intervenção estatal, desta vez com o controle de câmbio que, em sua forma mais evoluida, chegaria a ser institucionalizado na CEXIM. Pre-

tendia-se, assim, manter baixos os preços de equipamento e materiais para a indústria, ao mesmo tempo que os preços dos produtos de consumo, similares aos que a indústria nacional oferecia, continuavam altos, garantindo-se mercado e rentabilidade para a produção nacional.

Esse sistema era também trabalhado por uma contradição interna, cujos efeitos se agravariam com o correr do tempo. A posição privilegiada em que fôra colocada a indústria, operando em mercado interno fortemente protegido—vendendo a preços altos—ao mesmo tempo que contava com equipamento e “matérias-primas” cada vez mais baratos, suscitou o aparecimento de “indústrias que nunca deveriam ter nascido”, nas palavras do ministro Osvaldo Aranha. Trata-se evidentemente das “indústrias de aparafusamento”, cuja característica é a extensão do conceito de “matéria-prima” até sua quase identificação com o produto final. Assim, a indústria nacional no sentido sério do termo, antes beneficiada pelas condições favorecidas em que o controle cambial colocara o equipamento, as matérias-primas e os materiais auxiliares, como os combustíveis e a energia, enfrentava agora a competição da indústria estrangeira, cujos produtos quase acabados entravam por onde só aqueles fatores de produção deveriam entrar.

INDUSTRIALIZAÇÃO E TIPO DE CAMBIO

Imaginemos uma indústria que suprisse apenas parte das necessidades do mercado nacional (o cimento, p. ex.) e que usasse fatores nacionais ao lado de fatores estrangeiros (em iguais proporções, por hipótese). O preço dos fatores nacionais é determinado pelo poder aquisitivo interno da moeda, e o dos fatores estrangeiros, pelo tipo de câmbio vigente na importação. Para simplificar, suponhamos que o mesmo tipo de câmbio se aplique aos fatores e ao produto final da indústria, tornando o preço desse produto função do referido tipo de câmbio, tanto para o nacional como para o importado.

Se a moeda nacional perde poder aquisitivo, permanecendo congelado o tipo de câmbio, este se eleva, virtualmente.

Se, ao contrário, o preço da cambial aumenta em condições de poder aquisitivo interno estável da moeda (ou se aquele aumento é superior à elevação dos preços internos), o tipo de câmbio real do cruzeiro *baixa*. Todos os movimentos relativos do valor interno da moeda e do tipo de câmbio podem ser expressos, pois, em variações deste último, o que implica supor que o primeiro é constante.

Deve, por definição, haver um tipo de câmbio de equilíbrio para essa indústria, que lhe permita manter as proporções em que se combinam os fatores nacionais e estrangeiros, e a quantidade de produção. A esse tipo de câmbio todos os fatores, inclusive o capital, estarão sendo remunerados em níveis “normais”, de sorte que os “custos de oportunidade” dessa indústria igualem o valor do produto. Suponhamos que o volume de produção da indústria (nacional) é igual a 100 e que o preço unitário (ao câmbio de equilíbrio) é igual a 10. Temos pois que:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 10 = 1.000 \\ \text{Custo: } \frac{500_e + 500_N}{1.000} \end{array}$$

onde:

$$\begin{array}{l} e = \text{fatores estrangeiros} \\ N = \text{ " } \text{ nacionais} \end{array}$$

Suponhamos agora que o tipo de câmbio se *eleve* de tal forma que o preço do produto final (tanto para a parcela nacional quanto para a estrangeira) e o dos fatores estrangeiros baixe em 10%. O preço dos fatores nacionais é determinado pelo poder aquisitivo interno da moeda, constante em nosso modelo. A análise de benefício/custo da indústria revelará a seguinte situação:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 9 = 900 \\ \text{Custo: } \frac{450_e + 500_N}{950} \end{array}$$

O equilíbrio da indústria está visivelmente **rompido** porque de uma *receita* de 900 não é possível tirar uma *despesa*

de 950, o que significa que a indústria está remunerando seus fatores abaixo do nível "normal", isto é, *incorrendo em prejuízos*.

A primeira reação da indústria consistirá em reduzir sua oferta, isto é, liberar fatores—o que nem sempre é possível —, porque alguns estão imobilizados. A segunda, em comprimir os custos e, por terem os fatores importados barateado relativamente aos nacionais, o empresário procurará transferir o maior número possível de itens da lista de nacionais para a de estrangeiros. O mais provável é que o empresário simultaneamente reduza o volume de produção e substitua fatores nacionais por fatores estrangeiros.

Esse movimento microeconômico se traduz macroeconomicamente por uma dupla pressão sobre o balanço de pagamentos: maior importação de fatores e maior importação de produtos finais.

O estabelecimento de prioridades de importação, excluindo os produtos finais ou, como no regime argentino, determinando um tipo de câmbio diferencial (cujos resultados são praticamente os mesmos), pode anular aparentemente essa tendência por uma elevação compensatória do preço do produto final (p. hipótese de 10%), que influirá como se segue sobre o modelo:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 11 \\ \hline \text{Custo: } 450_e + 500_N \end{array} = \frac{1.100}{950}$$

A análise de benefício/custo revela importante "lucro líquido" ou, em linguagem mais corrente, "lucro extraordinário", o que significa que a indústria tende a expandir-se, como de fato verificamos sob o regime da Cexim.

Apesar disso, o "lucro extraordinário" ou empresarial aumentará mais ainda se alguns itens forem transferidos da lista de fatores nacionais para a de estrangeiros. O "lucro extraordinário" é transitório, porque a competição, enviando mais capital para a indústria, o impelirá para o nível normal, de tal sorte que, a longo prazo, a indústria *tenderá* para uma

situação "de equilíbrio", que poderíamos assim esquematizar:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 9,25 \\ \hline \text{Custo: } 450_{e1} + 225_{e2} + 250_N \end{array} = \frac{925}{925}$$

onde:

e 1 = fatores importados anteriormente
e 2 = " " " em substituição a fatores nacionais.

Essa situação é "de equilíbrio" somente quanto ao volume de produção, mas o empresário terá sempre a tendência de substituir por estrangeiros os fatores nacionais, que ainda usa, sempre que tal substituição seja tecnologicamente possível.

Em resumo, pois, todo o processo se traduz em uma *substituição de produção nacional por importações*.

Examinemos agora como teria operado o modelo nas condições da baixa do tipo de câmbio. Nosso ponto de partida é o mesmo, isto é:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 10 \\ \hline \text{Custo: } 500_e + 500_N \end{array} = \frac{1.000}{1.000}$$

Uma desvalorização comparável afetaria o modelo, nos seguintes termos:

$$\begin{array}{r} \text{Benefício: } 100 \times 11 \\ \hline \text{Custo: } 550_e + 500_N \end{array} = \frac{1.100}{1.050}$$

implicando pois o aparecimento de um "lucro extraordinário" de 50 unidades e, portanto, a tendência da indústria a expandir-se. Paralelamente, o empresário seria estimulado a estudar a possibilidade de substituir fatores estrangeiros por fatores nacionais. Como no caso anterior, a competição tende a eliminar (no ato de expandir a indústria) o "lucro

extraordinário”, de tal sorte que, a certa altura, a análise de benefício/custo apresentaria um quadro como o seguinte:

$$\begin{array}{rcl} \text{Benefício:} & 100 \times 9,275 & 927,5 \\ \text{Custo:} & \frac{225_e + 500_{n1} + 202,5_{n2}}{} & 927,5 \end{array} =$$

Essa mudança microeconômica *tende* a traduzir-se em duplo alívio do balanço de pagamentos, não apenas porque a expansão da oferta do produto final da indústria reduz a participação estrangeira no suprimento do mesmo artigo ao mercado nacional, como porque em cada unidade produzida diminui a participação de fatores estrangeiros. Devemos, no entanto, evitar essa generalização, porque a substituição de importações (tanto do produto final como dos fatores) provoca, em nossas condições, uma série de movimentos na renda nacional e na estrutura da procura que anulam essa tendência. (12) Resta, porém, um impulso de industrialização que se mantém, sendo de observar que a intensificação da procura de fatores nacionais canaliza parte do esforço para as indústrias de base, o que pode ser anulado, até certo ponto, por uma política de discriminação cambial mal concebida e mal orientada.

INDÚSTRIA DE APARAFUSAMENTO E INDÚSTRIA AUTÊNTICA

Impunha-se um passo à frente. A “indústria de aparafusamento”, apresentando-se sob o disfarce de “indústria substitutiva de importações”, encontrava-se em condições privilegiadas perante a indústria nacional autêntica. Quanto maior fôsse o pês, na composição do custo final do produto a ser vendido no mercado interno, dos bens e serviços importados, mais lucrativa se tornava a atividade, porque maior era a parcela de fatores de produção comprados em condições privilegiadas.

(12) “A Caracterização do Desenvolvimento Econômico no Brasil”. cit.

As indústrias e atividades pouco dependentes das importações tendiam, portanto, a depender delas cada vez mais, porque as importações significavam redução dos seus custos, ao passo que as indústrias muito dependentes do produto importado não tinham estímulo nem razão para preferir os fatores de produção nacionais, além do limite estritamente necessário para se poderem apresentar à Cexim como “indústrias nacionais”.

A reforma, para ser efetiva, deveria ser tal que induzisse, sempre que possível, o produtor nacional a suprir-se de fatores de produção nacionais, recorrendo cada vez menos aos similares estrangeiros. Cumpre, pois, encarecer relativamente os fatores estrangeiros, o que, nas condições presentes, não mais se pode obter pelo superado, porque inelástico, instrumento da tarifa.

O PROCESSO DO “FALSEAMENTO DOS CUSTOS”

Devemos observar, além disso, que as progressivas “intervenções” do Estado destruíram, com o correr do tempo, a identidade entre o mercado interno e o externo. Manteve-se a ficção do comércio internacional como atividade privada, regida por um mercado no qual, aparentemente, milhões de produtores privados competiam, determinando um nível de preços único. Na realidade, porém, êsses preços, que, aqui como em tôda parte, perderam sua antiga função de medida de valor vigente no interior e no exterior não resultam de uma comparação de custos de produção, como é mister, na medida em que o Estado onera determinadas atividades. Nossos preços de importação e de exportação refletem muito mais a política do govêrno—no crédito, nos transportes, no fisco, no câmbio, na manipulação da moeda—do que verdadeiros custos de produção.

Em tais condições, pois, é o Estado que, em última análise, determina o nível dos preços—ora onerando determinadas atividades com tributação excessiva e, conseqüentemente, sobrecarregando-a de “falsos custos”, ora arcando com parte

dos custos de produção reais de outras, pela via das subvenções, isenções, do crédito e câmbio de favor, etc.—só o Estado pode ser juiz em matéria de comércio exterior. Só ele *pode*—note-se bem, *pode* apenas—conhecer a rentabilidade relativa das diversas atividades.

Tomemos duas mercadorias: A e B. A primeira é supertributada, ao passo que a segunda é, em diversos modos, subvencionada. O produtor de A escritura, naturalmente, como “custo de produção”, não apenas o que pagou pelos fatores de produção, mas também o impôsto acima da média que paga ao Estado. Somará as duas parcelas e a soma será o seu preço. O produtor de B, ao contrário, subtrai do custo dos fatores o auxílio que recebeu do Estado e o resultado dessa operação será o seu preço.

Ao comparecerem no mercado internacional, os produtores de A e B querem receber êsses preços, pelos quais se considerarão pagos, pois não é sua função contabilizar custos do ponto de vista nacional, mas apenas contabilizá-los do ponto de vista de suas empresas. Todavia, no primeiro caso, além da cambial ou da mercadoria recebida no estrangeiro em pagamento, a economia nacional recebeu a diferença entre uma ideal tributação média e a tributação acrescida, ao passo que, no segundo, recebeu apenas a cambial estrangeira *menos* a subvenção. No primeiro caso, supondo “justos” os preços internacionais, a economia nacional *ganhou sub-tância*, ao passo que a perdeu no segundo.

REGIMENTAÇÃO DA ECONOMIA

A intervenção do Estado não para aí. No esforço para conservar a ficção de um comércio exterior entre pessoas de direito privado, tem que acorrer em auxílio de número crescente de atividades não voltadas para o comércio exterior, isto é, regimentar progressivamente a vida econômica interna do país, graças ao que o processo de “falseamento dos preços” se estende e se aprofunda continuamente.

Impossibilitado de voltar ao regime do câmbio cadente, porque isso implicaria sufocar a indústria nacional, que carece

de equipamento e materiais, deve adotar medidas cada vez mais drásticas para proteger a produção destinada ao mercado interno. Notadamente, precisa intervir no mercado de gêneros alimentícios, a fim de impedir a alta, que resultaria inevitavelmente em pressão das massas urbanas sobre a indústria, por salários e ordenados. Esse é o tipo de intervenção executado pela COFAP.

Ora, uma produção tão dispersa quanto a da nossa agricultura produtora de víveres não é suscetível de “contrôle” a longo prazo e, muito menos, de estatização. Só o mecanismo do preço pode articular milhões de produtores independentes, no sentido de que a cada um dêles cabe, em última instância, a decisão de plantar ou não plantar; plantar mais ou menos, plantar isto ou aquilo. A única disciplina possível para semelhante produção é a do mercado.

A intervenção do Estado nesse setor só pode consistir na utilização das próprias forças do mercado: a compra, o suprimento, o crédito. Passar além é provocar forças contrárias, forças que acabarão por prevalecer.

No caso do sistema que culminaria na COFAP, assistimos à reação do produtor, aproximadamente nestes termos:

- a) queda da produção, em resposta ao tabelamento;
- b) aparecimento de interesses comerciais que, com o apoio dos produtores, se especializam em forçar a alta;
- c) consolidação dêsses interesses, convertidos em oligopólio, e gradual subôrno do aparelho fiscalizador;
- d) absorção de parcela crescente do preço final pago pelo consumidor, na forma de lucro de monopólio e subôrno do aparelho fiscalizador.

A partir dêsse momento, o mecanismo do preço começa a emperrar. A alta não chega mais ao produtor que, assim, se comporta como se o mercado estivesse em baixa, isto é, produz menos e espregueia a primeira oportunidade para mudar de atividade, mantendo e intensificando, pela redução da oferta, a pressão altista no outro extremo.

O crescente desnível dos preços para o produtor e para o consumidor suscita a multiplicação dos expedientes destinados a contornar o oligopólio e o aparelho fiscalizador.

Êstes, únicos beneficiários do sistema, se aliam para isolar completamente o produtor do consumidor. O instrumento concebido para forçar a baixa converte-se em sua antítese—*em instrumento para forçar a alta.*

Por meio do salário, a alta repercute nos custos da indústria, que, tomando aos poucos consciência da situação, clama por liberdade de comércio, principalmente sob a ameaça de um movimento grevista ascendente.

Beneficiada a princípio, a indústria, dependendo da maturidade dêsse movimento, aparece como a principal vítima do intervencionismo na vida interna da economia do país.

MERCADO NACIONAL E MUNDIAL

Em conclusão, temos que o mercado nacional, antes parte homogênea de um mercado mundial único, que estabelecia níveis únicos de preços, se converteu em mercado autônomo, que, inclusive sob a pressão do comércio externo, se torna cada vez mais heterogêneo em relação ao mercado mundial, ou melhor, aos outros mercados nacionais que surgiram por força da decomposição do mercado mundial único.

O mercado mundial permanece, sem dúvida, mas na forma de mercado *internacional*, isto é, de um mercado resultante da concorrência de algumas dezenas de *nações* e não de milhões de produtores privados. Com maior ou menor clareza, o direito consagrou essa transformação, fazendo surgir um *direito comercial público externo*, onde antes havia apenas um *ramo do direito privado*. Surgiram institutos internacionais para dirimir as questões levantadas e para formulá-las e a êsses foros não comparecem pessoas de direito privado, mas Estados, pessoas de direito público.

Simultaneamente a essa conversão do mercado mundial em mercado internacional, ocorreu uma divisão do mercado internacional mundial em dois mercados internacionais—o Leste e o Oeste. No primeiro, muito mais do que no segundo, o comércio exterior consagrou-se como função pública, mas o imperativo é válido para todos. Ninguém hoje pode parecer ao mercado internacional, seja para comprar, seja para

vender, a menos que o faça por meio do seu próprio Estado, que fixa a taxa de câmbio, concede ou nega licença e, internamente, adota uma política tributária, financeira, etc. tendente a encorajar ou desencorajar esta ou aquela atividade, consciente ou inconscientemente.

Não se veja nesta observação o menor vislumbre de crítica a esta ou àquela forma de intervenção—inclusive àquelas que se apresentam como a negação desta—, nem, muito menos, preferência por esta ou aquela forma. Tôdas são historicamente determinadas e tôdas aparecem quando as condições obrigam a isso, sendo substituídas quando deixam de cumprir sua função. Ao observador cabe apenas verificar o fato e denunciar a inadequação dos meios empregados no momento, quando fôr o caso.

INTERVENCIONISMO E LIBERALISMO

Todavia, na perspectiva histórica, um problema como o brasileiro apresenta contornos constantes que é preciso delinear.

Trata-se, principalmente, de observar que, em nenhum período de nossa história, a economia interna do Brasil se pautou pelas mesmas normas que a sua economia externa. Segue-se daí que o "estatismo", no setor do nosso comércio externo, não tem como consequência necessária o mesmo fenômeno no mercado interno brasileiro. Ao contrário, como se procurou mostrar, o esforço que vimos fazendo para adequar dois mercados heterogêneos, com duas estruturas de preços diferentes, um público e outro privado, conservando a ficção do comércio externo como atividade privada, está na origem do estatismo no setor interno, que nos levou a falar em estatizar a produção agrícola, em um país de pequenas e mínimas explorações.

Uma inversão dos termos, isto é, a estatização do comércio externo pode, pois, em princípio, ser o ponto de partida para a liberação do comércio interno. Por isso dissemos, no início dêste trabalho, que a recente reviravolta operada

em nossa política cambial pode ser simultaneamente apresentada como uma vitória do estatismo e do liberalismo. Vitória do estatismo no sentido de que o Estado emerge muito reforçado em seus meios de ação sobre a conjuntura, ocupando o papel de intermediário entre a economia nacional e a internacional; vitória do liberalismo porque, graças a isso, os controles internos poderão ser progressivamente abandonados, na medida em que o mercado nacional, livre das incursões de uma economia mundial em crise, possa estabelecer seus próprios níveis de preços, refletindo com crescente fidelidade os custos de produção das diversas atividades e empresas, em nossas próprias condições tecnológicas.

O ESTADO COMERCIANTE

Dissemos também que o Estado se fez *comerciante*. Trata-se de uma afirmação ousada no presente momento, pois nem sequer os arquitetos do novo regime cambial se atrevem a dizer como êle funcionará. Mas o leitor verá que não se trata de uma afirmação vazia.

O Estado, sem dúvida, não assumiu abertamente a função de comprador e vendedor no mercado nacional—aos preços desse mercado—dos produtos de exportação e importação, nem de vendedor e comprador no mercado externo—aos preços por êle ditados. Não lida com mercadorias. Formalmente, apenas controla, *de modo novo*, o câmbio. Vende e compra, com virtual exclusividade, uma única *mercadoria*: o câmbio.

Observe-se, no entanto, que, nas condições do novo regime, o dólar não tem o mesmo valor para todos os produtos de exportação. Um dólar de café vale a taxa oficial mais um prêmio de Cr\$ 5,00; um dólar de outros produtos, a mesma taxa, mais um prêmio de Cr\$ 10,00. Essa é uma inovação incompatível com o conceito de dinheiro, mas perfeitamente compatível com o de mercadoria. O fenômeno tornar-se-á claro se abstrairmos a *forma cambial* de café e outros produtos e compreendermos a operação como compra, pelo Estado, dessas espécies. Se imaginarmos o govêrno na posi-

ção de comerciante de *mercadorias*, sua atitude torna-se-á clara: compra no interior, a preços impostos pelo mercado nacional, para vender no exterior a outros preços, impostos pelo mercado externo. Ganha mais numa operação do que noutra, mas tem que fazer as duas, pois carece de recursos externos.

Inversamente, para a venda de câmbio, há nada menos de 7 taxas, 6 das quais flutuantes. Mas essa flutuação tem limites. No conjunto, o Estado deve ressarcir tudo o que pagou pelas cambiais de exportação, *mais um lucro*, um lucro tipicamente comercial. Em essência, o Estado tem, na forma das cambiais obtidas, acesso a certa quantidade e variedade de mercadorias estrangeiras, e põe em leilão *essas mercadorias*. O preço que terá que pagar por elas no estrangeiro é determinado pelo mercado internacional ou externo, ao passo que o que cobrará ao importador em perspectiva é determinado pelo mercado nacional.

Como o Estado não deixa de ser Estado ao tornar-se comerciante, a procura do lucro comercial não pode ser seu único objetivo. O *comerciante* terá que se conformar em vender sem lucro, e até com prejuízo, aquilo que o *Estado* julgar necessário, mas isso não nos deve impedir de ver o que há de novo, que não é a função de Estado, mas a de comerciante.

Esse comerciante *sui generis* terá que manter duas escritas: uma para registrar suas contas com o exterior e outra para registrá-las com o interior, à maneira de certos comerciantes das regiões mais atrasadas do Brasil, em suas transações com as casas "aviadoras" da capital e com sua freguesia local. A única diferença está em que, no caso, o comércio com o interior será um típico comércio em dinheiro, ao passo que as transações com o exterior tendem a evoluir para uma espécie de permuta onde as cambiais figurarão apenas como *uma das espécies* que entram na operação. Ambas as escritas deverão "fechar" certo, mas os lançamentos de uma não têm qualquer correlação necessária com os de outra. Um "dólar de café" custa menos que um dólar de algodão, mas

vale tanto quanto êste. Um "dólar de Cadillac" renderá mais que um "dólar de equipamento agrícola", quaisquer que tenham sido seus custos para o governo. Essa discrepância é um reflexo algo modificado da diferença de estruturas de preços dos dois mercados em presença, de cuja adequação o Estado se encarregou.

Essa independência das duas escritas, porém, não quer dizer que seja indiferente para o Estado a origem de cada dólar. No seu trato com os diversos países estrangeiros, o governo poderá encontrar alguns dispostos a pagar algodão com produtos da 1.^a categoria ou, inversamente, a pagar café com produtos da 5.^a Em outros termos, no primeiro caso, com dólar que lhe custou mais caro, obterá ágio menor, ao passo que no segundo, com dólar mais barato, obterá ágio maior. Seu lucro comercial será muito menor no primeiro. Poderá ter mesmo prejuízo se, em troca do algodão, receber equipamento para as próprias empresas, ao câmbio oficial. Ai entrarão em conflito os interesses do *comerciante* e do *Estado*, cabendo uma decisão "política", que deve ser convenientemente instruída por uma exposição "técnica". Trata-se de saber se será mais importante para o governo obter fundos em cruzeiros ou, ao contrário, atender a uma necessidade considerada prioritária.

Finalmente, os interesses fiscais do Estado não podem ser ignorados por muito tempo. Comprando no mercado interno, submete-se aos preços ditados por êsse mercado, mas, como vimos, o próprio Estado já havia interferido na formação desses preços, quer tributando acima da média, quer isentando ou subvencionando. Admitindo o mesmo valor, no mercado externo, para duas mercadorias compradas no mercado interno pelo mesmo preço, o Estado tenderá, naturalmente, a comprar, de preferência, a menos subvencionada ou mais tributada.

Tudo isso, com o tempo, tenderá a introduzir progressivas modificações *no sistema*, no sentido geral da consolidação do papel do Estado como comerciante e da redução de sua intervenção no mecanismo formador de preços, no interior.

PERSPECTIVAS

Inicialmente, as conveniências do comércio externo parecem dominantes, o que se explica, em vista da catastrófica conjuntura cambial. A política do governo, no uso de suas novas funções de comerciante, visa claramente criar uma situação tal que reduza com rapidez a procura de bens e serviços estrangeiros no país e estimule as exportações. Os meios empregados para alcançar êsse objetivo nos parecem adequados, em princípio, mas seria errôneo julgar que tal política seja outra coisa senão manobra de emergência, um passo atrás, para, em tempo oportuno, retomar a linha agora abandonada de industrialização.

A própria dinâmica interna do processo pôsto em marcha prepara as condições para essa meia volta. Do ponto de vista econômico, tal política:

a) prepara um forte aumento da oferta de produtos de exportação, graças ao considerável volume de recursos que põe à disposição dos setores dedicados à produção agropecuária;

b) conduz, ao mesmo tempo, a uma forte redução na procura de produtos estrangeiros, graças à elevação dos seus preços.

Aparentemente, a certa altura, deve achar-se um ponto de equilíbrio caracterizado pela igualização entre a procura e a disponibilidade de cambiais. Na realidade, êsse teórico ponto de equilíbrio não será fácil de encontrar:

a) porque não é certo que o simples aumento das disponibilidades para exportação, acompanhado da baixa de preços, conduza a um aumento ponderável das disponibilidades de cambiais, a menos que exploremos novos mercados, dada a considerável inelasticidade da demanda de numerosos dos nossos produtos de exportação;

b) porque tampouco é certo que a simples alta dos produtos de importação resulte em séria redução da nossa demanda interna, em vista da sua incompressibilidade, de muitos pontos de vista.

Com efeito, se o encarecimento pode reduzir a demanda de certos produtos suntuários, a indústria continuará a reclamar bens de produção, e o próprio encarecimento das "matérias-primas" importadas tende a intensificar os esforços para a sua produção interna, o que, por sua vez, determina o aumento da procura de bens de investimento, como parte do processo de conversão da "indústria de aparafusamento" em autêntica indústria nacional, verticalmente integrada. Em outros termos, o próprio movimento dos preços pode deslocar a ênfase de nosso esforço industrialista da indústria leve para as indústrias e serviços de base, onde o coeficiente de produção do capital é mais baixo. Ai está, pois, em germe, a possibilidade de um aumento da demanda de bens de produção importados, e não o contrário, senão de imediato, pelo menos a prazo mais longo. Convém notar, além disso, que a produção agroprimária, graças aos novos recursos postos à sua disposição, intensificará sua atual tendência para a mecanização, o que implica importação de bens de capital.

Em tais condições, portanto, o equilíbrio somente pode ser encontrado pela conquista de novos mercados externos. Só assim o aumento das disponibilidades exportáveis se converterá em aumento das disponibilidades de cambiais. Note-se bem, trata-se de novos mercados e não da expansão das vendas aos atuais, que só pode ser conseguida por métodos de "alta pressão", que podem, sem dúvida, vender mais produtos brasileiros, deslocando os de outras procedências, até que os outros produtores reajam com métodos similares, mas que não pode garantir o aumento das disponibilidades de cambiais, porque os preços (externos) tenderão a cair. Como os produtos que temos a oferecer são agroprimários, enquanto aqueles de que careceremos são industriais, especialmente bens de equipamento, não podemos pensar nos mercados de outros países subdesenvolvidos, mas nos de países com forte indústria pesada, isto é, os do Leste.

Em todo o mundo comunista, exceto a China, a tendência para o desenvolvimento prioritário da indústria pesada está sendo substituída pela concessão de prioridade à indústria leve, à agricultura e à pecuária. Só a China continua

a concentrar todos os seus recursos na indústria pesada, ou melhor, começa a fazê-lo. Isso quer dizer que a economia desses países chegou a um ponto de saturação de certos bens de produção e se ressentiu do atraso dos demais setores. Como somos de certo modo fortes precisamente nesses setores e fracos no primeiro, não há razão alguma para que o volume de nossas trocas com os mercados do Leste não alcance níveis muito elevados, hipótese que os recentes acordos comerciais com a Argentina confirmam. A essa complementaridade, que também é verdadeira para a Argentina, devemos acrescentar, em nosso caso, a dissemelhança de climas—que não existe para aquela—e que gera, igualmente, uma complementaridade econômica, base de todo comércio.

O ministro da Fazenda declarou-se partidário desse comércio e o visível alívio da tensão internacional aponta no mesmo sentido. Daí pode advir, pois, um desafogo duradouro em nossa situação econômica, pelo aumento do volume das cambiais obtidas. É certo que a abundância de produtos de importação, hoje escassos, pode determinar uma pausa no processo de industrialização, pelo abandono ou estabilização dos empreendimentos destinados à "substituição de importações", o que poderia determinar uma crise oposta a esta de que agora sofremos, isto é, a queda da atividade econômica, por falta de oportunidades de investimento e, portanto, pela contração do mercado interno. Essa possibilidade é remota, mesmo porque temos enorme dívida a pagar, no estrangeiro, dívida que absorverá importante parcela de nossas cambiais e impedirá a saturação do mercado interno. Mas nossos credores estrangeiros, em face da necessidade de reduzir suas exportações para o Brasil, a fim de permitir a formação do "superavit" necessário para cobrir os "deficits" passados, podem propor a conversão da dívida comercial corrente em empréstimo a longo prazo e, estimulados pela firmeza cambial do nosso país, decidir-se a fazer aqui vultosos investimentos. Nesse caso, o problema se apresentaria realmente diante de nós.

De tal situação só poderíamos sair pela industrialização

"à outrance", a começar pela indústria de base. Só assim teríamos mercado para absorver tôda a massa de bens e serviços que nos viesse como mercadoria, além da que nos viesse como capital.

PRECONDIÇÕES POLITICAS

Mas a reforma não cria apenas as condições econômicas para uma possível retomada das posições agora abandonadas. Cria também as condições econômicas para a mobilização das forças políticas necessárias. Os industriais brasileiros que, nas condições do regime da Cexim, se empenhavam na estéril procura de soluções individuais para seus problemas, terão agora que agir coletivamente. De imediato, não pode haver alívio para sua situação, a menos que se busquem mercados, de modo a aumentar o volume das cambiais levadas a leilão. Quanto à agricultura, logo se verá que nenhuma baixa de preços pode garantir o escoamento dos seus produtos no exterior, de tal sorte que também terá que pressionar no mesmo sentido.

Naturalmente seria ilusório supor que os grupos industriais e agrícolas compreenderão com presteza a situação. O mais provável é que se prolongue por algum tempo uma espécie de "jôgo de empurra" entre a agricultura e a indústria e entre os diversos setores de cada um desses grupos, no sentido de melhor classificação, tanto para a compra quanto para a venda de cambiais, mas êsse esforço será estéril, pois nenhum setor pode ser atendido, nas condições presentes, sem que outro seja sacrificado, de modo que a busca de mercados terá que se impor como única resultante possível para êsse embate de forças antes adormecidas, que a própria reforma despertou.

O BRASIL MODIFICA AS RELAÇÕES EXTERNAS DE PRODUÇÃO

A reforma está longe de ser completa. O mecanismo criado pode sofrer modificações e até ser substituído por

outro, mas a orientação geral está fixada. O *Brasil modifica suas relações externas de produção*, exatamente como o fez em 1808, com a Abertura dos Portos. Cria um aparelho destinado a tornar viáveis as suas relações com os demais países, habilitando-se a conquistar uma posição mais cômoda. A essência dessa reforma revolucionária é a emergência do Estado como comerciante, condição indispensável para que o capitalismo se consolide e se reforce no interior, na indústria como na agricultura.